

Estudo Técnico Preliminar 20/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23134.002042.2024-41

2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços visa suprir a lacuna deixada pela **Lei Nº 9.632, de 07 de maio de 1998**, que dispõe sobre a **extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional**, dentre eles os de Auxiliar de Serviços Gerais, tendo por base ainda o disposto no **Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**, no § 7º do Art. 10º, que prevê que "a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução e **Art. 7º, da Instrução Normativa nº 05/2017**, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Além disso, o serviço objeto deste processo está previsto na **Portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018**, entre os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta.

O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do **Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Considerando que o IFRN Campus João Câmara não possui em seu plano de cargos categorias funcionais inerentes para atender as demandas de limpeza, asseio e conservação, faz-se necessário que esse serviço ocorra, haja vista a necessidade de se manter as condições de salubridade, higiene, bem-estar, saúde e a funcionalidade das instalações, adequadas para o trabalho dos servidores, discentes e demais usuários, bem como para atendimento ao público externo.

Dessa forma, a terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, uma vez que a Lei Nº 9.632, de 7 de maio de 1998, extinguiu os cargos vagos para a categoria. Conforme disposição do artigo 7º da IN Nº 5 /2017 da SLTI do MPOG "as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta".

Assim, a alternativa da terceirização vem-se traduzindo como a solução cabível, em consonância com o disposto no Art. 2º da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998, Decreto 9.507 de 2018 e parágrafo 1º do artigo 7º da IN Nº 05/2017, que possibilita a contratação indireta de serviços.

Conforme o Documento de Formalização da Demanda, a contratação dos serviços de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias do campus, com dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de insumos sob demanda, a serem prestados de forma contínua, dentro de parâmetros e rotinas estabelecidos e, ainda, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, com fundamento no Art. 2º da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998, e o inciso IV do Art. 3º do Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, se faz necessária para:

1. Assegurar as condições mínimas de limpeza e conservação necessárias ao funcionamento das unidades;
2. Promover a conservação dos bens móveis e imóveis;
3. Suprir a demanda provocada pela inexistência de profissionais que atuem na área, no quadro efetivo das unidades;
4. Assegurar a infraestrutura mínima de higiene aos servidores técnicos administrativos e professores, estudantes, colaboradores e cidadãos em geral que se utilizam ou prestam serviços nas unidades;
5. Permitir a conservação e o consequente aumento da durabilidade dos bens públicos, pautado no princípio da economicidade que orienta administração pública.

A deflagração do novo processo licitatório também se dá em razão da renovação do **Contrato Nº 81/2020-PROAD /IFRN** por apenas 3 (três) meses, conforme anexado a este documento, que tem como objeto os serviços que se pretende contratar.

O objeto desta contratação é caracterizado como serviço continuado conforme Instrução Normativa Nº 05/2017, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, ou de outro modo posto à disposição em caráter permanente, com a dedicação exclusiva de mão de obra.

O serviço de limpeza e conservação deve ser prestado de forma contínua, sem interrupções, para assegurar que todas as dependências da instituição estejam sempre em condições adequadas de uso. A sua paralisação, parcial ou total, poderá causar prejuízos a continuidade das atividades da Administração Pública. A continuidade é crucial para evitar a degradação dos espaços, prevenir a proliferação de agentes patogênicos e proporcionar um ambiente que favoreça o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a contratação desses serviços está alinhada ao objetivo estratégico de manutenção contínua da infraestrutura física, que é um dos pilares do planejamento estratégico institucional.

A necessidade de dedicação exclusiva da mão-de-obra é justificada pela complexidade e volume das atividades a serem realizadas, as quais demandam profissionais capacitados e focados exclusivamente nas necessidades da Instituição. Além disso, o fornecimento de insumos sob demanda garante que os materiais utilizados sejam sempre de qualidade, em conformidade com as normas de segurança e higiene, e que estejam disponíveis de acordo com a necessidade real da instituição, evitando desperdícios e otimizando recursos.

Um ambiente limpo e organizado contribui significativamente para o desempenho Institucional. A melhoria nas condições ambientais influencia diretamente a produtividade dos servidores e o desempenho acadêmico dos alunos, refletindo-se em melhores resultados nos indicadores de qualidade da Instituição. Além disso, a preservação adequada do patrimônio físico da Instituição é uma medida preventiva que reduz custos com reparos emergenciais e prolonga a vida útil das instalações e mobiliário.

A contratação de serviços especializados de asseio, limpeza e conservação também está em conformidade com as normas legais que regem a gestão pública, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e eficácia. Além disso, está em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) no que tange à contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Além do mais, a contratação do serviço de asseio, limpeza e conservação é uma medida essencial para a manutenção da qualidade do ambiente educacional e administrativo da Instituição de Ensino Federal. O alinhamento dessa contratação com o planejamento estratégico Institucional fortalece o compromisso da Instituição com a excelência, sustentabilidade e responsabilidade na gestão de seus recursos e infraestrutura.

Considerando-se a necessidade atual, será exigido um efetivo para desempenho das tarefas, com **fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos**, necessários para execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos definidos. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Diante do exposto, a contratação pretendida está **alinhada à política de reestruturação da máquina administrativa** através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e não em serviços estritamente ligados à atividade meio, tendo suporte no § 7º, do **Art. 10, do Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que trata da execução indireta**, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-------------------------------|
| Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção | Agostinho Leal Bezerra Junior |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem **requisitos mínimos** para sua satisfação.

4.1. Requisitos mínimos

O **prazo de vigência da contratação** será de **5 (cinco) anos**, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Artigos Nº. 106 e 107 da Lei Nº14.133/2021.

Art. 106 . A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

(...)

Art. 107 . Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data da celebração do contrato.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A licitante deverá entregar, quando da elaboração da proposta, a relação dos uniformes, materiais, equipamentos e EPI/EPC contendo todas as especificações e quantidades que serão utilizadas na execução do serviço.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos demais itens deste documento.

Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE. Constatou-se que não há índice específico ou setorial de adoção consagrada para o objeto contratado, por isso, adotou-se o IPCA, por

entender que é o índice geral que melhor reflete a variação inflacionária dos custos da contratação. Além disso, o IPCA é um índice mais estável em relação ao IGP-M, o que favorece a gestão de contratos de longo prazo, pois mitiga a imprevisibilidade e possibilita a majoração da atividade para a realização de novos investimentos.

A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pela contratada, da documentação comprobatória da variação de custos a serem repactuados.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Art. 125 da Lei Nº14.133/2021.

O serviço contratado deverá possibilitar o aferimento do nível de serviço prestado, para que os usuários possam se manifestar sobre a sua percepção de qualidade quanto do uso do serviço, adotando, por exemplo, pesquisa de satisfação.

A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133 /2021. A CONTRATADA é responsável por substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, **um preposto**, aceito pela administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período mínimo de **20 (vinte) horas mensais** ou quando for solicitado pela CONTRATANTE. Além disso, este representante da empresa deverá ficar à disposição do IFRN Campus João Câmara através de contato telefônico e e-mail, de segunda a sexta-feira, a partir das 8h e até 17h. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A exigência do preposto justifica-se pela necessidade de solucionar problemas concernentes a execução dos serviços contratados, dirimindo dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, bem como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's. Ademais, evita situações de ingerência.

O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às Notas Fiscais faturas dos serviços prestados.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

O Preposto deverá realizar inspeções in loco, pelo menos uma vez ao mês, fazendo-se necessário reunir-se com a fiscalização do contrato, a fim de garantir a boa execução do contrato.

O licitante deverá comprovar, por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados de fornecimento de mão de obra em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Poderá ser aceito o somatório dos atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. A apresentação de atestado comprovando que a contratada tenha executado serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado deve referir-se, neste caso, a **período não inferior a 3 (três) anos**.

O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e **serviços comuns**, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado., nos termos dos incisos XIII e XLI, do Art. 6º, da Lei Nº 14.133/2021.

Conforme a Instrução Normativa Nº 05, de 25 de maio de 2017, a empresa deverá criar **Conta-Depósito Vinculada** bloqueada para movimentação, que somente será movimentada para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores, conforme inciso I do Art 18 na Instrução Normativa Nº 05, de 25 de maio de 2017.

A adoção do modelo da Conta-depósito Vinculada apresenta várias vantagens em relação ao modelo de Pagamento pelo Fato Gerador. As principais justificativas são as seguintes:

1. Segurança e Garantia de Pagamento de Obrigações Trabalhistas:

Conta-depósito Vinculada: Este modelo assegura que os valores referentes às obrigações trabalhistas (como salários, FGTS, férias, 13º salário, e verbas rescisórias) sejam depositados em uma conta específica, garantindo que esses recursos serão utilizados exclusivamente para esse fim. Isso evita o risco de inadimplência por parte da contratada, garantindo que os trabalhadores terão seus direitos respeitados.

Pagamento pelo Fato Gerador: Neste modelo, os pagamentos são realizados conforme as obrigações se tornam exigíveis, o que pode criar um risco de a contratada utilizar os recursos para outros fins, especialmente em casos de dificuldades financeiras ou má gestão.

2. Facilidade de Fiscalização:

Conta-depósito Vinculada: A utilização desta conta facilita a fiscalização por parte da Instituição contratante, já que é possível acompanhar de maneira clara e direta os depósitos e retiradas realizados para o pagamento das obrigações trabalhistas, reduzindo a necessidade de verificação de documentação extensa.

Pagamento pelo Fato Gerador: A fiscalização é mais complexa, pois exige a análise detalhada de documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas, o que pode demandar mais tempo e recursos por parte da administração pública.

3. Redução de Riscos Jurídicos:

Conta-depósito Vinculada: Ao garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados por meio da vinculação dos depósitos, a Instituição contratante minimiza o risco de ser responsabilizada subsidiariamente em ações trabalhistas, o que é uma grande vantagem em termos de segurança jurídica.

Pagamento pelo Fato Gerador: Como os pagamentos são realizados diretamente à empresa contratada, há um risco maior de que esta não cumpra suas obrigações, o que pode levar a litígios e, eventualmente, à responsabilização subsidiária da instituição.

4. Previsibilidade e Planejamento Financeiro:

Conta-depósito Vinculada: Este modelo permite uma maior previsibilidade no planejamento financeiro da instituição, pois os valores a serem depositados são calculados de forma antecipada e provisionados ao longo do contrato. Isso facilita a gestão orçamentária e a alocação de recursos.

Pagamento pelo Fato Gerador: Pode haver imprevisibilidade quanto aos valores exatos que precisarão ser pagos em momentos específicos, especialmente em caso de variações salariais, adicionais ou eventuais encargos.

5. Proteção Contra Problemas de Solvência da Contratada

Conta-depósito Vinculada: Em caso de dificuldades financeiras ou insolvência da empresa contratada, os valores depositados na conta vinculada continuam disponíveis para o pagamento dos trabalhadores, protegendo-os e, ao mesmo tempo, evitando impactos negativos na continuidade dos serviços prestados.

Pagamento pelo Fato Gerador: Se a empresa contratada enfrentar problemas financeiros, há um risco elevado de que ela não consiga cumprir com suas obrigações trabalhistas, o que pode resultar em interrupção dos serviços e prejuízos à instituição.

Dessa forma, a adoção do modelo da Conta-depósito Vinculada é mais viável e vantajosa para contratos de prestação de serviços de asseio, limpeza e conservação, pois oferece maior segurança jurídica, facilita a fiscalização, garante o cumprimento das obrigações trabalhistas, e permite um melhor planejamento financeiro. Quanto ao pagamento pelo fato gerador, não existem experiências organizacionais suficientes para concluir sobre sua vantajosidade, mas, pela leitura dos procedimentos publicados, a novidade pode representar custos ainda maiores para a Administração Pública, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas (ex.: licenças maternidade e paternidade, ausência por acidente de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais). (Fonte: <https://gestgov.discourse.group/t/entrevista-sobre-conta-vinculada-lorena-mendes/11771>).

Considerando que o modelo da Conta-depósito Vinculada tem um custo de operacionalização menor que o do Pagamento por Fato Gerador, é possível assegurar a tutela de todos os valores provisionados para o pagamento de encargos trabalhistas através de mecanismos complementares ao da Conta-depósito Vinculada como, por exemplo, a não renovação automática destes valores, quando for realizada cada prorrogação contratual. Este mecanismo condiciona que, a cada prorrogação contratual, a renovação do custo provisionado para licença-maternidade, por exemplo, se dará apenas mediante comprovação, por parte da contratada, de que incorreu naquele custo no período a que se refere a última prorrogação.

Além disso, a Conta-depósito Vinculada vem sendo adotado pelo IFRN *Campus* João Câmara há um certo tempo em outros contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, já havendo, portanto, familiaridade dos gestores com esse instrumento e um histórico de boa prática com o seu uso. Além disso, o ANEXO VII-B, da IN 05/2017, diz que a Conta-Depósito Vinculada é uma das opções que a Administração Pública poderá usar para o controle interno das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, sendo o seu uso autorizado pela IN SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022, para aqueles processos instruídos a partir da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

Quanto aos **critérios de sustentabilidade ambiental**, a Instrução Normativa Nº 05/2017 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no seu Art. 1º, aduz que os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços. Em complemento, o inciso IV, do Art. 11, da Lei Nº 14.133/2021 diz que incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório.

Assim, sendo, o prestador de serviço, por meio de seus empregados, deve-se observar as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e dos índices de poluição, pautando-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela Contratada, tais como:

- a) Dar preferência ao uso de materiais classificados como sustentáveis, ou de origem de matéria prima sustentável;
- b) Fazer uso racional de água, conforme estabelece o Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, bem como, de energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

- c) Atuar, o supervisor, os encarregados e os líderes de turma, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;
- d) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
- g) Recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-los em local adequado;
- h) A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os dispositivos do item anterior deste estudo preliminar. Esse documento fará parte dos documentos de habilitação;
- i) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- j) Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;
- k) Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

- l) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

- m) Na execução dos serviços pelos seus empregados, a empresa deverá prover os seus trabalhadores de equipamentos necessários para a execução correta dos serviços em conformidade com as normas de segurança no trabalho, o que inclui a disposição dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) para cada empregado, bem como, os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), sendo imprescindível a sua reposição no tempo hábil pelo seu desgaste natural. A periodicidade de fornecimento dos EPIs será descrita na Planilha de Insumos.

Em complemento, a **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**, em seu Art. 6º, coloca que as empresas contratadas adotarão as seguintes **práticas de sustentabilidade na execução dos serviços**, quando couber:

- I – uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V – realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.3. Local de prestação dos serviços

Os serviços de limpeza, asseio e conservação serão prestados nas dependências internas do IFRN Campus João Câmara no seguinte endereço:

| UG | UGR | CAMPUS | ENDEREÇO | TELEFONE |
|--------|--------|-------------|--|-----------------|
| 158373 | 151610 | JOÃO CÂMARA | BR-406, KM 73, nº 3500 Perímetro Rural, João Câmara/RN, CEP 59550-000. | (084) 4005-4105 |

Os serviços serão prestados no âmbito do IFRN Campus João Câmara, em dias úteis, **de segunda a sexta ou segunda a sábado**, com horário variável de início e encerramento, compreendido **entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas**, com jornada de trabalho de **44 (quarenta e quatro) horas semanais**. Poderá haver necessidade de redistribuição de jornada semanal do sábado para segunda a sexta-feira, a fim de compensar as horas não trabalhadas aos sábados. Neste caso, deverá ser celebrado acordo individual com o empregado, para a efetivação de jornadas diárias de até 9 horas de trabalho de segunda a sexta-feira, perfazendo total de 44 horas semanais.

O horário de trabalho poderá, eventualmente, ser alterado, observando-se a jornada estipulada e, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas, para executar tarefas extraordinárias, inclusive aos finais de semana e feriados;

Caberá a contratada o controle e acompanhamento de horas da jornada de trabalho de cada trabalhador, e em quaisquer hipóteses não ensejarão direito à hora extra. Caso este ocorra, o ônus do custo gerado pela hora extra trabalhada será exclusivamente da empresa prestadora de serviço.

A Administração Pública não solicitará, nem dará anuência, para os casos em que for gerada hora extra de profissional contratado.

O controle da realização do serviço será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus empregados nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento dos serviços, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, devendo comunicar à Fiscalização do Contrato a ocorrência e apresentar providências implementadas.

É de responsabilidade da contratada o registro e o controle do ponto dos seus funcionários, devendo apresentar à contratante, juntamente com o faturamento mensal, a folha de ponto assinada ou impressão dos comprovantes caso opte por usar dispositivo eletrônico.

Caso a contratada faça opção por usar o registro do ponto em equipamento eletrônico biométrico, esta deverá se responsabilizar por eventuais problemas no equipamento, inclusive as manutenções.

Caso a contratada faça opção por usar o registro do ponto em equipamento eletrônico biométrico, esta deverá observar o seguinte:

- Em caso de viagens ou deslocamentos que impeçam o registro do ponto no equipamento eletrônico biométrico, o registro das horas trabalhadas se dará mediante folha de ponto manual;
- As horas não registradas no ponto eletrônico, devido às situações descritas no item acima, serão justificadas e comprovadas mediante apresentação da folha de ponto manual, porém o sistema eletrônico de ponto deverá permitir tais ajustes para fins de automatização do controle das horas trabalhadas; e
- Em caso de eventuais problemas no equipamento de ponto eletrônico, as manutenções serão de responsabilidade da CONTRATADA.

É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

A prestadora do serviço deverá acompanhar, instruir e treinar as pessoas contratadas em diversos cenários, sendo os principais relacionados aos seguintes aspectos: prevenção e controle de riscos; educação profissional; relacionamento interpessoal e sustentabilidade.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Análise das alternativas existentes

Considerando que os serviços serão prestados durante 12 meses/ano e 6 dias/semana, faz-se necessária a dedicação exclusiva de mão-de-obra. Isto posto, pode-se visualizar 3 soluções para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

1. Contratação de Serviços com Fornecimento de Insumos em Quantidades e Periodicidades Preestabelecidas

- **Descrição:** A empresa contratada fornece os serviços de limpeza e conservação, juntamente com os insumos necessários (produtos de limpeza, papel higiênico, sabão, etc.) em quantidades e periodicidades acordadas previamente no contrato.
- **Vantagens:**
 - **Planejamento Previsível:** A instituição pode prever os custos e as quantidades de insumos, facilitando o orçamento e a gestão de estoque.
 - **Conformidade com Normas:** A empresa contratada é responsável por garantir que os insumos estejam de acordo com os padrões de qualidade e normas de segurança.
 - **Redução de Esforço Administrativo:** A gestão do estoque de insumos é responsabilidade da empresa contratada.
- **Desvantagens:**
 - **Rigidez:** Alterações nas necessidades ao longo do contrato podem ser difíceis de acomodar, caso haja mudanças na periodicidade ou na quantidade necessária.
 - **Possível Desperdício:** A periodicidade fixa pode levar a excessos ou faltas de insumos em determinadas épocas do ano.

2. Contratação de Serviços com Fornecimento de Insumos Sob Demanda

- **Descrição:** A empresa contratada é responsável pela prestação dos serviços de limpeza e conservação, além do fornecimento de insumos conforme a necessidade real, ou seja, sob demanda.
- **Vantagens:**

- **Flexibilidade:** A instituição pode ajustar os pedidos de insumos conforme a necessidade real, evitando desperdícios e garantindo que os recursos estejam disponíveis quando necessário.
- **Economia:** Possibilidade de otimização de custos ao evitar a compra de insumos desnecessários.
- **Eficiência:** Respostas rápidas a mudanças nas necessidades, como eventos ou alterações no uso das instalações.
- **Desvantagens:**
 - **Gestão mais Complexa:** Exige uma comunicação contínua e eficaz entre a instituição e a empresa contratada para garantir que os insumos estejam disponíveis no momento certo.
 - **Riscos de Falta:** Em caso de falhas na gestão do fornecimento sob demanda, pode haver períodos de escassez de insumos.

3. Contratação de Serviços sem Fornecimento de Insumos

- **Descrição:** A empresa contratada fornece apenas os serviços de limpeza e conservação, sem incluir o fornecimento de insumos, que são adquiridos e gerenciados pela própria instituição.
- **Vantagens:**
 - **Controle Total:** A instituição tem total controle sobre a compra, qualidade e gestão dos insumos, podendo escolher fornecedores e negociar preços.
 - **Potencial de Redução de Custos:** Se bem gerido, pode resultar em economias significativas na compra de insumos.
 - **Flexibilidade:** A instituição pode adaptar a aquisição de insumos conforme mudanças na demanda ou em caso de eventos especiais.
- **Desvantagens:**
 - **Aumento da Carga Administrativa:** A instituição precisa dedicar recursos para gerenciar a compra, estocagem e distribuição dos insumos.
 - **Risco de Falhas Logísticas:** Caso haja falhas na gestão de insumos, pode ocorrer escassez, prejudicando a continuidade dos serviços de limpeza.
 - **Responsabilidade Total:** A responsabilidade de conformidade com as normas de segurança e qualidade dos insumos recai sobre a instituição.

5.2. Justificativa da solução escolhida

A escolha da solução de **contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda** para o IFRN Campus João Câmara pode ser justificada por vários fatores que refletem as necessidades específicas do ambiente educacional e a busca por eficiência na gestão de recursos. Aqui estão as principais justificativas:

1. Flexibilidade Operacional

- **Adaptação às Necessidades Variáveis:** Instituições de ensino federal frequentemente têm variações significativas no uso de suas instalações ao longo do ano letivo, como durante férias, eventos especiais, ou períodos de maior utilização das salas de aula e laboratórios. A contratação sob demanda permite ajustar o fornecimento de insumos conforme essas variações, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e sem desperdícios.

2. Otimização de Custos

- **Redução de Desperdícios:** Ao solicitar insumos apenas quando necessário, a instituição evita o acúmulo excessivo de materiais que podem ter validade limitada ou que não serão utilizados em determinados períodos, resultando em uma melhor gestão financeira.
- **Ajuste conforme o Orçamento:** A flexibilidade para ajustar a quantidade de insumos adquiridos permite à instituição responder rapidamente a restrições orçamentárias ou a mudanças nas prioridades de gasto.

3. Eficiência na Gestão de Recursos

- **Redução da Carga Administrativa:** Com o fornecimento de insumos sob demanda, a responsabilidade pelo gerenciamento do estoque recai em grande parte sobre a empresa contratada. Isso libera a instituição de tarefas logísticas complexas, permitindo que os gestores se concentrem em outras áreas críticas.
- **Garantia de Disponibilidade:** A parceria com uma empresa especializada que fornece insumos sob demanda garante que os materiais estarão disponíveis quando e onde forem necessários, sem que a instituição precise antecipar todas as suas necessidades com meses de antecedência.

4. Resposta Ágil a Mudanças

- **Ajuste Rápido em Situações de Emergência:** A contratação sob demanda permite uma resposta mais rápida a situações emergenciais ou imprevistas, como a necessidade de intensificar a limpeza em caso de surtos de doenças ou durante eventos que exigem maior limpeza e manutenção.
- **Capacidade de Escalar Operações:** Se a instituição enfrentar um aumento repentino no uso de suas instalações, como durante congressos ou visitas institucionais, os insumos podem ser ajustados imediatamente para atender à nova demanda.

5. Conformidade e Qualidade

- **Garantia de Padrões de Qualidade:** A contratação de uma empresa especializada, que gerencia o fornecimento de insumos, pode garantir que os produtos atendam a padrões específicos de qualidade e normas de segurança, essenciais para o ambiente educacional.
- **Atualização Constante:** Empresas especializadas estão mais preparadas para fornecer insumos que acompanhem as melhores práticas e inovações do mercado, garantindo que a instituição utilize materiais eficientes e seguros.

Diante do exposto, temos que a solução de contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda oferece um equilíbrio ideal entre flexibilidade, controle de custos, e eficiência operacional, adaptando-se perfeitamente às necessidades dinâmicas e exigentes de uma instituição de ensino federal.

Além disso, esse modelo é amplamente utilizado pelo mercado, sendo adotado por diversas instituições e órgãos públicos. Ele possui respaldo no Caderno de Logística de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, disponível neste link: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_limpeza.pdf. Esse modelo adota a metodologia de apuração dos valores da contratação por metro quadrado, sendo recomendado pela IN 05 /2017 – SEGES/MP.

6. Descrição da solução como um todo

Após a conclusão do estudo comparativo entre as soluções, a partir do levantamento do mercado optou-se pela contratação de **serviços continuados de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias do IFRN Campus João Câmara com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos sob demanda**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

Empresa responsável pelo gerenciamento de todos os contratados da equipe (quadro de pessoal), bem como fornecimento de materiais em conformidade com legislações vigentes, quantidades necessários ao pedido do órgão público e fornecimento de equipamentos e EPIS.

Serviço com alto padrão de qualidade, visando manutenção adequada da higiene do prédio e permitindo proteção e segurança à saúde dos usuários.

Trata-se de **serviço comum**, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão tradicional, em sua forma eletrônica.

O serviço de limpeza, asseio e conservação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Art. 6º inciso XIII da lei 14.133 de 01 de abril de 2021). Dessa forma podem ser realizados na modalidade **pregão**.

A contratação tem como base o Caderno de Logística, relativo à prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e publicado em abril de 2014.

A solução em questão **NÃO compõe o Catálogo Eletrônico de Padronização**, conforme comprovante anexado ao processo. Em consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens->

padronizados , onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo, verifica-se que o mesmo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta contratação.

6.1 Certame licitatório

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade **PREGÃO**, que é uma modalidade de licitação obrigatória para **aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço ou o de maior desconto (XLI, Art. 6º, da Lei n. 14.133 /2021)**. O pregão possibilitará a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

Considerando-se a previsão legal disposta no art. 3º, da Instrução Normativa nº 05/2017, e com a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços, será utilizado o **critério de julgamento do tipo Menor Preço**.

O **contrato** decorrente da licitação terá **prazo de duração inicial de 05 (cinco) anos**, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Artigos Nº. 106 e 107 da Lei Nº14.133/2021.

Art. 106 . A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

(...)

Art. 107 . Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

A presente contratação adotará como **Regime de Execução Preço Global**, pois é aquele em que há uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado, o qual normalmente é atrelada às obras e serviços de menor complexidade, como é o caso do objeto deste certame.

Em razão do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, celebrado em 05 de junho de 2003, **NÃO será admitida a participação de cooperativas durante a licitação**.

A participação **NÃO será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez que o valor ultrapassa R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Além disso, a divisão do objeto causaria prejuízo ao conjunto da contratação, aumentando os custos e prejudicando a execução e fiscalização do contrato.

NÃO serão aplicadas as regras estabelecidas no Decreto nº 11.430/2023, que dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, pois nessa contratação não há incidência do § 1º Art. 3º do Decreto nº 11.430, de 08/03/2023, onde o percentual aplica-se a contratos com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores/as, que **não é o caso dessa contratação (13 colaboradores)**.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar **vistoria** nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 15:00 horas**.

O **prazo para vistoria** iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** da data pretendida.

A vistoria poderá agendada pelo **telefone (84) 4005-4105, Ramal: 5615 ou 5627, ou pelo e-mail cosgem.jc@ifrn.edu.br**.

A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.2 Caracterização da mão de obra envolvida

A prestação do serviço **não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os empregados da CONTRATADA serão recrutados em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designado para a execução dos serviços.

Todos os empregados deverão ser habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Em conformidade com **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**, do Ministério do Trabalho e Emprego, temos os seguintes profissionais e suas atividades específicas:

| CBO | DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES |
|---|--|
| 5143-20 (SERVENTE DE LIMPEZA) | Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos, conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. |
| 5143-20 (SERVENTE DE LIMPEZA-INSALUBRE) | Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos, conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. |
| | |

| | |
|------------------------------|---|
| 4101-05 (ENCARREGADO) | Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos. |
|------------------------------|---|

Requisitos/perfis profissionais para a realização dos serviços:

| CBO | DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES |
|--|--|
| SERVENTE DE LIMPEZA e SERVENTE DE LIMPEZA (INSALUBRE) | Os serventes de limpeza deverão ter, no mínimo, escolaridade ensino fundamental I, para que estes consigam ler os rótulos dos materiais que devem ser utilizados cotidianamente, além de conseguir ler e interpretar materiais escritos de capacitação ou comunicados, avisos ou advertências que a empresa faça a(o) mesma (o). |
| ENCARREGADO | Ensino Médio concluído, comprovado por certificado emitido por Instituição de senso legalmente credenciada ao Ministério da Educação e Conhecimentos básicos de informática, especialmente na utilização de softwares para escritório, edição de texto, planilhas de cálculos, navegação na internet e correio eletrônico. |

Demanda da supervisão para os Serviços de Limpeza e Conservação, servente de limpeza:

| CATEGORIA | Nº DE SUPERVISIONADOS | ESTIMATIVA DE ENCARREGADO |
|------------------|------------------------------|----------------------------------|
| ENCARREGADO | 12 | 01 |

O encarregado de turma deverá acompanhar, orientar e controlar todas as atividades inerentes à prestação dos serviços contratados, acompanhando in loco a realização destas atividades e orientando a execução dos serviços, inclusive no gerenciamento dos produtos utilizados e o estoque existente.

O encarregado de turma deverá informar à COSGEM - Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção do IFRN Campus João Câmara sobre o andamento das atividades, inclusive a necessidade de ajustes no planejamento e na execução dos serviços, conforme necessário e garantir que as atividades sejam realizadas conforme estabelecido no planejamento dos serviços.

Os serviços seguirão as disposições previstas no TR, no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) de cada função e eventuais serviços adicionais contemplados na rotina de execução dos serviços, devendo a contratada adaptar os contratos de trabalho e a remuneração dos seus empregados, bem como respeitar as disposições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos postos descritos na contratação.

A **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)** utilizada pela Administração para embasar o salário e demais benefícios da(s) categoria(s) envolvidas, bem como, usada na elaboração das planilhas de custos está indicada na tabela a seguir. Todavia, não é de utilização obrigatória pelos licitantes, caso a licitante possua outro enquadramento sindical (Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário). Caso utilize outra convenção/acordo coletivo de trabalho, a licitante deverá comprovar o seu enquadramento sindical.

| Número de registro da CCT no TEM | Sindicatos envolvidos | Vigência | Data-base |
|----------------------------------|--|---|---------------|
| RN000083/2024 | <p>SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN, CNPJ n. 40.756.462/0001-58.</p> <p>e</p> <p>SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDLIMP, CNPJ n. 24.192.916/0001-59.</p> | <p>1º de janeiro de 2024</p> <p>a</p> <p>31 de dezembro de 2024</p> | 1º de janeiro |

Para o cálculo do adicional de insalubridade/periculosidade, foi considerado o **Laudo Pericial nº 021/2017 do IFRN (atualizado em 22/02/2021)**. Os percentuais estimados para estes adicionais deverão ser seguidos pelos licitantes. Contudo, o pagamento ou não dos adicionais é condicionado à apresentação de laudo próprio, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;

6.3. Caracterização dos serviços:

Os serviços serão contratados com base na Área Física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local, objeto da contratação. (Caderno de Logística - prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, 2014)

As áreas físicas compreendem áreas internas, áreas externas, esquadrias, áreas hospitalares e assemelhados. Para cada tipo de área física deverá ser apresentado pelas proponentes o respectivo preço mensal unitário por metro quadrado, calculado com base na Planilha de Custo e Formação de preços. Segue a descrição sobre cada uma dessas áreas:

Áreas Internas - Consideram-se áreas internas aquelas áreas edificadas integrantes do imóvel. Compreendem as áreas internas as áreas de pisos (acarpetados, frios), laboratórios, almoxarifados /galpões, oficinas, áreas com espaços livres (saguão, hall e salão).

Áreas Externas - Consideram-se áreas externas a aquelas áreas não edificadas, mas integrante do imóvel. Compreendem as áreas externas os pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações, as áreas de passeios e arruamentos, pátios e áreas verdes classificados de acordo com a frequência.

Esquadrias Externas - Consideram-se esquadrias externas aquelas áreas compostas de vidros. As esquadrias compõem-se de face interna e externa com ou sem exposição à situação de risco. Considera-se exposição à situação de risco aquela situação que necessita para execução dos serviços de limpeza, a utilização de equipamento especial tais como balancins manuais ou mecânicos, ou andaimes.

Áreas hospitalares e assemelhados - As áreas hospitalares serão divididas em administrativas e médico-hospitalares, devendo as últimas reportar-se aos ambientes cirúrgicos, enfermarias, ambulatórios, laboratórios, farmácias e outros que requeiram assepsia similar, para execução dos serviços de limpeza e conservação.

O Caderno de Logística de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação (2014) traz maiores detalhes sobre a metodologia sugerida para cada tipo de área.

Produtividade de referência por área:

O Caderno de Logística de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação (2014) elencou a produtividade de referência para cada tipo de área. Essa produtividade foi atualizada por meio do item 3, do ANEXO VI-B, da Instrução Normativa - IN nº 5 /2017.

O quadro a seguir, resume os tipos de áreas, a produtividade de referência, a produtividade adotada neste estudo e a frequência, periodicidade da execução dos serviços:

| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade de referência*1 | Produtividade adotada*2 | Frequência / Periodicidade*3 |
|----------------|--|-----|-------------------------------|-------------------------|--|
| ÁREAS INTERNAS | PISOS ACARPETADOS | M² | 800 a 1200 | 1.200 | Diária, semanal, mensal e anual conforme descrito na metodologia de referência da Descrição dos serviços |
| | PISOS FRIOS | M² | 800 a 1200 | 1.200 | |
| | PISOS FRIOS - COMPLEMENTO INSALUBRE | M² | 800 a 1200 | 1.200 | |
| | LABORATÓRIOS | M² | 360 a 450 | 450 | |
| | ALMOXARIFADOS/ GALPÕES | M² | 1500 a 2500 | 2.500 | |
| | OFICINAS | M² | 1200 a 1800 | 1.800 | |
| | ÁREAS LIVRES (SAGUÃO, HALL E SALÃO) | M² | 1000 a 1500 | 1.500 | |
| | BANHEIROS | M² | 200 a 300 | 300 | |
| | BANHEIROS INSALUBRES | M² | 200 a 300 | 300 | |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade de referência*1 | Produtividade adotada*2 | Frequência / Periodicidade*3 |
| ÁREAS EXTERNAS | PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | M² | 1800 a 2700 | 2.700 | Diária, semanal, mensal conforme descrito na metodologia de referência da descrição dos serviços |
| | VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS | M² | 6000 a 9000 | 9.000 | |
| | ÁREAS VERDES | M² | 1800 a 2700 | 2.700 | |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade de referência*1 | Produtividade adotada*2 | Frequência / Periodicidade*3 |
| ESQUADRIAS | ESQUADRIAS FACE EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO | M² | 300 a 380 | 380 | Quinzenal conforme descrito na metodologia de referência da descrição dos serviços |
| | ESQUADRIAS FACE INTERNAS | M² | 300 a 380 | 380 | |
| | | | | | |
| | | | Produtividade | | |

| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | de referência*1 | Produtividade adotada*2 | Frequência / Periodicidade*3 |
|---------------------------|---|-----|-----------------|-------------------------|------------------------------|
| ÁREAS HOSPITALARES | ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMBELHADAS (INSALUBRE) | M² | 360 a 450 | 450 | |

*1 - Item 3, do ANEXO VI-B, da Instrução Normativa - IN nº 5/2017.

*2 - Adotou-se a produtividade no valor máximo por tipo de área. Isso foi decidido com base no histórico do atual contrato de mesmo objeto (contrato nº 81/2020-PROAD/IFRN), o qual está em vigência há quase 5 (cinco) anos, e tem demonstrado que a produtividade atende as peculiaridades dos espaços físicos do IFRN Campus João Câmara.

*3 - Caderno de Logística - prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, 2014.

Sobre o encarregado, conforme prevê o item 4, do ANEXO VI-B, da IN Nº 5/2017, será adotada a relação de um encarregado para cada trinta serventes, ou fração, podendo ser reduzida. Assim, decidiu-se por adotar um encarregado para o número de serventes resultante do cálculo. Isso também foi decidido com base no histórico do atual contrato de mesmo objeto (contrato nº 81/2020-PROAD/IFRN), o qual está em vigência há quase 5 (cinco) anos, e tem demonstrado que a adoção do encarregado de turma tem contribuído diretamente para a qualidade da prestação dos serviços no IFRN Campus João Câmara.

Dimensão das áreas do IFRN Campus João Câmara

A tabela a seguir mostra a quantidade de área, por cada tipo, do IFRN Campus João Câmara.

| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade adotada | Dimensão das áreas do Campus João Câmara do IFRN |
|-----------------------|--|-----|-----------------------|--|
| ÁREAS INTERNAS | PISOS ACARPETADOS | M² | 1.200 | 220 |
| | PISOS FRIOS | M² | 1.200 | 3.400 |
| | PISOS FRIOS - COMPLEMENTO INSALUBRE | M² | 1.200 | NÃO SE APLICA |
| | LABORATÓRIOS | M² | 450 | 1.250 |
| | ALMOXARIFADOS/ GALPÕES | M² | 2.500 | 150 |
| | OFICINAS | M² | 1.800 | NÃO SE APLICA |
| | ÁREAS LIVRES (SAGUÃO, HALL E SALÃO) | M² | 1.500 | 2.600 |
| | BANHEIROS | M² | 300 | NÃO SE APLICA |
| | BANHEIROS INSALUBRES | M² | 300 | 415 |
| | | | | |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD |
| ÁREAS EXTERNAS | PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | M² | 2.700 | 2.820 |
| | VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS | M² | 9.000 | 4.000 |
| | ÁREAS VERDES | M² | 2.700 | 1.900 |
| | | | | |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD |
| ESQUADRIAS | ESQUADRIAS FACE EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO | M² | 380 | 415 |
| | ESQUADRIAS FACE INTERNAS | M² | 380 | 415 |

| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD |
|--------------------|---|-----|---------------|-----|
| ÁREAS HOSPITALARES | ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMELHADAS (INSALUBRE) | M² | 450 | 120 |

Considerando as áreas citadas anteriormente e a produtividade de referência - estabelecida no caderno de logística - após cálculos realizados no arquivo anexado a este ETP Planilha de Áreas - João Câmara, tem-se a seguinte quantidade de pessoal necessária para a contratação:

| TIPO | QUANTIDADE | QUANTIDADE ARREDONDADA |
|---|------------|------------------------|
| Servente de Limpeza | 9,966 | 10 |
| Servente de Limpeza - Com Insalubridade | 1,650 | 2 |
| Encarregado de turma | 1 | 1 |
| TOTAL | | 13 |

Insumos atrelados ao serviço

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, periodicidade e qualidades estabelecidas, durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição periódica conforme previsão em contrato ou em decorrência de desgastes ou falhas, uniformes e seus complementos à mão-de- obra envolvida, bem como prover as condições de trabalho satisfatórias nos termos estipulados pela Convenção Coletiva do Trabalho da categoria.

Os insumos serão solicitados SOB DEMANDA, conforme a necessidade do órgão contratante. Poderá haver a permuta de materiais, nos casos excepcionais em que for necessário algum material para uma ocasião específica, que não esteja presente na relação definida.

A **relação dos insumos** (materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e uniformes) e a pesquisa de preços de cada item constam nos seguintes arquivos anexos ao processo:

ANEXO - PLANILHA DE MATERIAIS - EPI - EPC - UNIFORME - CONTRATO DE LIMPEZA e

ANEXO - Pesquisa de Preços e Mapa Comparativo de Preços.

Os materiais, deverão ser entregues a Administração mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização técnica do Contrato;

O custo mensal efetivo dos materiais será variável, de acordo com os itens e suas respectivas quantidades entregues pela Contratada, observando os valores unitários apresentados na proposta vencedora;

A relação mensal de materiais e suas respectivas quantidades será informada pelo servidor responsável pela fiscalização técnica do contrato **até o dia 15 de cada mês.**

Posteriormente, a empresa **deverá entregar os itens solicitados até o dia 05 do mês subsequente**, realizando assim o devido fornecimento;

Apenas no primeiro mês da contratação, a solicitação do material será anterior ao início do contrato, devendo o material estar **disponível a partir do primeiro dia da vigência contratual**, para fins de aferição do primeiro IMR.

A **disponibilização dos equipamentos** pela CONTRATADA será mediante a **modalidade COMODATO**. O comodato é uma modalidade em que um aparelho é cedido sem custos na contratação de um serviço. Sendo

assim, enquanto o contrato se mantiver válido, o beneficiário pode fazer uso do equipamento sem qualquer cobrança adicional.

A adoção da modalidade de comodato com valor zerado para os equipamentos necessários à execução dos serviços de asseio, limpeza e conservação promove a eficiência operacional, a redução de custos e o cumprimento das normas de segurança e sustentabilidade. Esse modelo assegura que os equipamentos sejam adequados e mantidos em perfeitas condições de uso, sem gerar encargos adicionais para a Instituição, promovendo um ambiente de trabalho mais eficiente e seguro para todos os envolvidos.

Ao optar pela disponibilização dos equipamentos em comodato, a Instituição elimina a necessidade de realizar a compra e manutenção dos equipamentos, transferindo essa responsabilidade para a empresa contratada. Isso resulta em uma economia significativa, uma vez que os custos de aquisição, reparo e reposição de máquinas, como aspiradores de pó, enceradeiras, lavadoras de alta pressão e outros equipamentos de limpeza, não serão arcados pela Instituição. Esse modelo de comodato também garante que os equipamentos estejam atualizados tecnologicamente, sempre operando em condições ideais.

Com o fornecimento dos equipamentos por parte da contratada, a Instituição de ensino não precisará se preocupar com a aquisição de novos aparelhos, nem com a logística de armazenamento e transporte dos mesmos. Isso traz agilidade para a execução dos serviços de limpeza e conservação, permitindo maior flexibilidade na alocação de recursos e na adequação do serviço às demandas específicas da Instituição, tais como o aumento temporário de equipamentos em épocas de maior necessidade (início de semestre, eventos acadêmicos, etc.).

Os **uniformes** a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até **05 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato**, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 3 (três) dias subsequente ao da reprovação;

A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado; As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

A CONTRATADA deverá fornecer **02 (dois) conjuntos completos** ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme **a cada 06 (seis) meses**, ou a qualquer época, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

A CONTRATADA ficará responsável pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários à boa apresentação dos uniformes (os uniformes e seus complementos devem ser novos e com numeração adequada a cada funcionário).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades desta contratação foram definidas e fundamentadas com base em:

- Levantamento das áreas do *Campus* João Câmara; e
- Experiência exitosa do contrato atual de limpeza - Contrato nº 81/2020

A tabela a seguir traz as quantidades a serem licitadas de cada item:

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA | CATSER | UND | QTD ANUAL | QTD 05 ANOS |
|-------|------|--|--------|-----|-----------|-------------|
| 1 | 1 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - PISOS ACARPETADOS | 24031 | M² | 2.640 | 13.200 |
| | 2 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - PISOS FRIOS | 24031 | M² | 40.800 | 204.000 |
| | 3 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - LABORATÓRIOS | 24031 | M² | 15.000 | 75.000 |
| | 4 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - ALMOXARIFADOS/ GALPÕES | 24031 | M² | 1.800 | 9.000 |
| | 5 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - ÁREAS LIVRES (SAGUÃO, HALL E SALÃO) | 24031 | M² | 31.200 | 156.000 |
| | 6 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - BANHEIROS INSALUBRES | 24031 | M² | 4.980 | 24.900 |
| | 7 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas externas - 44 horas semanais diurnas - PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | 24040 | M² | 33.840 | 169.200 |
| | 8 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas externas - 44 horas semanais diurnas - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS | 24040 | M² | 48.000 | 240.000 |
| | 9 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas externas - 44 horas semanais diurnas - ÁREAS VERDES | 24040 | M² | 22.800 | 114.000 |
| | 10 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - esquadrias externas - outras necessidades - | 24112 | M² | 4.980 | 24.900 |

| | | | | | | |
|--|----|--|-------|----|-------|--------|
| | | ESQUADRIAS FACE EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO | | | | |
| | 11 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - esquadrias externas - outras necessidades - ESQUADRIAS FACE INTERNAS | 24112 | M² | 4.980 | 24.900 |
| | 12 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas hospitalares- outras necessidades - ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMBELHADAS (INSALUBRE) | 24074 | M² | 1.440 | 7.200 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.825.567,00

O valor estimado desta contratação é de **R\$ 3.825.567,00 (três milhões, oitocentos e vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta e sete reais)**, conforme detalhado na tabela a seguir.

Obs.: O valor informa acima é referente ao fornecimento total dos insumos da contratação, no entanto, vale lembrar que eles serão fornecidos sob demanda do órgão.

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO DETALHADA | CATSER | UND | QTD ANUAL | QTD 05 ANOS | VALOR UNITÁRIO | VALOR ANUAL | VALOR 05 ANOS |
|-------|------|---|--------|-----|-----------|-------------|----------------|----------------|----------------|
| | 1 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - PISOS ACARPETADOS | 24031 | M² | 2.640 | 13.200 | R\$ 4,48 | R\$ 11.827,20 | R\$ 59.136,00 |
| | 2 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - PISOS FRIOS | 24031 | M² | 40.800 | 204.000 | R\$ 4,48 | R\$ 182.784,00 | R\$ 913.920,00 |
| | 3 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - LABORATÓRIOS | 24031 | M² | 15.000 | 75.000 | R\$ 11,94 | R\$ 179.100,00 | R\$ 895.500,00 |
| | 4 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - ALMOXARIFADOS/ GALPÕES | 24031 | M² | 1.800 | 9.000 | R\$ 2,15 | R\$ 3.870,00 | R\$ 19.350,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|----|---|-------|----|--------|---------|-----------|----------------|----------------|
| 1 | 5 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - ÁREAS LIVRES (SAGUÃO, HALL E SALÃO) | 24031 | M² | 31.200 | 156.000 | R\$ 3,58 | R\$ 111.696,00 | R\$ 558.480,00 |
| | 6 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - BANHEIROS INSALUBRES | 24031 | M² | 4.980 | 24.900 | R\$ 22,25 | R\$ 110.805,00 | R\$ 554.025,00 |
| | 7 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas externas - 44 horas semanais diurnas - PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES /CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | 24040 | M² | 33.840 | 169.200 | R\$ 1,99 | R\$ 67.341,60 | R\$ 336.708,00 |
| | 8 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas externas - 44 horas semanais diurnas - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS | 24040 | M² | 48.000 | 240.000 | R\$ 0,60 | R\$ 28.800,00 | R\$ 144.000,00 |
| | 9 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas externas - 44 horas semanais diurnas - ÁREAS VERDES | 24040 | M² | 22.800 | 114.000 | R\$ 1,56 | R\$ 35.568,00 | R\$ 177.840,00 |
| | 10 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - esquadrias externas - outras necessidades - ESQUADRIAS FACE EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO | 24112 | M² | 4.980 | 24.900 | R\$ 1,20 | R\$ 5.976,00 | R\$ 29.880,00 |
| | 11 | Prestação de serviço de limpeza e conservação - esquadrias externas - outras necessidades - ESQUADRIAS FACE INTERNAS | 24112 | M² | 4.980 | 24.900 | R\$ 1,20 | R\$ 5.976,00 | R\$ 29.880,00 |
| | | Prestação de serviço de limpeza e conservação - | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|--------------------|--|-------|----|-------|-------|-----------|-----------------------|-------------------------|
| 12 | áreas hospitalares- outras necessidades - ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMELHADAS (INSALUBRE) | 24074 | M² | 1.440 | 7.200 | R\$ 14,84 | R\$ 21.369,60 | R\$ 106.848,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | | R\$ 765.113,40 | R\$ 3.825.567,00 |

As estimativas de preços dos postos foram obtidas a partir do preenchimento das planilhas de custos e formação de preços e de complemento dos serviços de limpeza e conservação, com base em dados da convenção coletiva de trabalho utilizada e em percentuais relativos a tributos, contribuições, encargos trabalhistas e outros.

Todos os dados considerados para o preenchimento da planilha de custos serão demonstrados em um dos apêndices do termo de referência.

As estimativas dos preços dos insumos a serem fornecidos foram obtidas através de uma pesquisa em aquisições governamentais, em lojas virtuais. Para o cálculo do preço referencial foi utilizada a média aritmética simples.

Os relatórios com os preços coletados e com a análise da pesquisa de preços, bem como os comprovantes (prints) da pesquisa serão anexados ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução será constituída por itens (sendo cada item correspondente a um tipo de área a ser limpa), mas não será realizado o parcelamento desta (ou seja, os itens relativos ao campus comporão um mesmo grupo, de modo que a adjudicação seja feita por preço global do grupo de itens).

Optou-se por evidenciar os itens que compõem a solução, a fim de demonstrar, na ata do pregão, o custo unitário da limpeza por m2 em cada tipo de área. Tal medida proporciona um maior controle dos gastos públicos, uma vez que facilita a consulta aos custos de cada serviço a ser contratado, o que favorece a gestão orçamentária e financeira do contrato.

Optou-se pelo não parcelamento da solução (ou seja, pela adjudicação por preço global de grupo de itens), para não haver perda de economia em escala.

O parcelamento da solução (adjudicação por item) possibilitaria a contratação de várias empresas, o que implicaria em vários contratos, sendo um contrato por empresa. Como consequência, ocorreria o aumento das despesas administrativas do órgão contratante com a gestão e fiscalização de contratos, por exemplo. Ademais, cada contrato implica ainda em custos indiretos como a disponibilização de um preposto e da estrutura administrativa da empresa contratada. Portanto, a existência de vários contratos de limpeza, asseio e conservação representa perda de economia em escala. O Tribunal de Contas da União já reconheceu as vantagens de incluir vários serviços do mesmo tipo em um único contrato, ou seja, por uma única empresa. Analisando os serviços de manutenção predial, o TCU chama a atenção para o fato de que a prestação de todos destes serviços por uma única empresa “traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos” (Acórdão nº 3334/2015-Plenário/TCU). Tendo em vista que a limpeza e conservação é similar à manutenção predial, tal entendimento serve também para justificar a inclusão, em um único contrato, de todas as áreas do campus em que serão prestados os serviços de limpeza, asseio e conservação.

Além de ocasionar a perda de economia em escala, o parcelamento desta solução não amplia a competitividade. Acontece que as empresas que atuam neste ramo prestam o serviço de asseio, limpeza e conservação em todos os tipos de áreas que se pretende contratar. Vale destacar o pregão eletrônico nº 1/2020 deste campus João Câmara (UASG 158373), como se pode perceber na ata da sessão pública, 24 empresas participaram da disputa de cada um dos três grupos de itens, o que demonstra um considerável nível de concorrência. Dentre as empresas

participantes, 17 eram microempresas ou empresas de pequeno porte. A seguir, estão listadas todas as empresas que participaram do certame:

Tabela 5 – Empresas que participaram do pregão eletrônico nº 1/2020 do campus João Câmara

| CNPJ/CPF | Fornecedor | Porte ME/EPP |
|--------------------|---|--------------|
| 26.466.166/0001-91 | 3MS TERCEIRIZACAO E CONSTRUCOES EIRELI | Sim |
| 04.558.234/0001-00 | AMAZON CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI | Não |
| 41.317.504/0001-17 | C J TERCEIRIZACOES DE MAO DE OBRA E LOCACAO LTDA | Não |
| 02.773.312/0001-63 | CONSTRUTORA SOLARES LTDA | Não |
| 10.774.803/0001-57 | CONTRATE SERVICOS LTDA | Sim |
| 02.977.954/0001-84 | CSF COMERCIO E SERVICOS EMPRESARIAS EIRELI | Sim |
| 20.051.756/0001-77 | ECOPORT SERVICOS LTDA | Sim |
| 11.108.001/0001-70 | EDITHAL LOCACAO DE MAO DE OBRA EIRELI | Sim |
| 07.366.916/0001-09 | FDS LOGISTICA E TERCEIRIZACAO EIRELI | Sim |
| 07.864.090/0001-08 | FORTEX CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA | Sim |
| 06.234.467/0001-82 | FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI | Não |
| 01.219.144/0001-04 | H L DOS SANTOS EIRELI | Sim |
| 08.220.864/0001-20 | HGA TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI | Não |
| 09.295.682/0001-81 | J CARLENA DA SILVA | Sim |
| 02.425.466/0001-64 | JAVE - YIRE CONSULTORIA, EVENTOS, SERVICOS E COMERCIO L | Sim |
| 04.251.091/0001-99 | LEANDRO F TOME | Sim |
| 14.935.553/0001-40 | LEGAL SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA | Sim |
| | | |

| | | |
|--------------------|--|-----|
| 04.951.589/0001-64 | MERITUS ASSESSORIA CONTABIL EIRELI | Sim |
| 24.809.235/0001-97 | MIX QUALITY PRESTACAO DE SERVICO LTDA | Sim |
| 19.069.415/0001-40 | PARAIBA SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI | Sim |
| 05.025.180/0001-80 | PARCEIRO EMPREENDIMENTOS - EIRELI | Não |
| 06.538.799/0001-50 | RELEECUN SERVICOS EIRELI | Não |
| 27.571.784/0001-64 | X4 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA | Sim |
| 09.347.115/0001-21 | ZELO RECURSOS HUMANOS EIRELI | Sim |

Fonte: Elaboração própria

Além disso, o **Art. 40, da Lei n. 14.133/2021**, diz que: O **planejamento de compras** deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

[...]

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Já o **Art. 47, da Lei n. 14.133/2021**, comenta que as **licitações de serviços** atenderão aos princípios:

[...]

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

No planejamento deste certame, **percebeu-se que a melhor alternativa era o agrupamento dos itens, uma vez que a separação dos itens poderia ensejar na desvantagem econômica para os licitantes**, pois restariam em valor muito baixo, provavelmente, até insuficiente para cobrir a despesa de um trabalhador.

Justifica-se também o não parcelamento devido aos o **custo para a Administração de gerir vários contratos** para o mesmo objeto, cujos itens têm características de continuidade e complementariedade simultânea.

Assim, em alusão a **Súmula TCU nº 247** e ao inciso II, do § 1º, do art. 47, II, Lei nº 14.133/2021, **decidiu-se pelo não parcelamento da solução**, pois entende-se que dessa forma não haverá prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O serviço a ser contratado por este certame não necessita da realização de outras contratações correlatas e/ou interdependentes para que os seus objetivos sejam atingidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução nº. 168/2023-CONSUP /IFRN, de 28/12/2023.

Art. 230. Compete ao Diretor-Geral:

IV. celebrar acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito de atuação do Campus, sem prejuízo da realização de procedimentos conjuntos por meio de Núcleos de Compras e Contratações conforme regulamentado pela PROAD;

Além disso, a contratação está aliada com o **Planejamento Estratégico do Campus João Câmara**, especificamente com a Perspectiva - Orçamento (OR); Objetivo - Garantir a Eficiência do Gasto Público (OR-2); Projeto Estratégico - Infraestrutura (IEN); estando, dessa forma, alinhando ao **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do órgão. A contratação também encontra previsão no **Plano Anual de Contratações (PCA) de 2024**, tendo em vista a necessidade contínua da prestação do serviço, conforme previsto no PCA do Campus João Câmara do IFRN, conforme quadro a seguir.

| IFRN CAMPUS JOÃO CÂMARA | |
|---|------------------------------|
| I) ID PCA no PNCP: | 10877412000168-0-000017/2024 |
| II) Data de publicação no PNCP: | 19/05/2023 |
| III) Id do item no PCA: | 41 |
| IV) Classe/Grupo: | 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA |
| V) Identificador da Futura Contratação: | 158373-90054/2023 |

A contratação também está alinhada ao **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do IFRN** (Disponível no link a seguir), especialmente com os objetivos do EIXO 3: identificação dos objetos de menor impacto ambiental. Também foram observadas as diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentável - AGU**.

Link PLS: https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado_anexo_simples/1769083/

Por fim, ressalta-se que não haverá acréscimo de despesas, pois o futuro contrato deste certame substituirá o contrato atual de mesmo objeto, cuja despesa terá valor aproximados ao o que é gasto hoje.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços continuados de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias com fornecimento de insumos sob demanda no IFRN Campus João Câmara traz uma série de benefícios, tanto diretos quanto indiretos, que contribuem para a efetividade da gestão pública e para o desenvolvimento nacional sustentável. Abaixo estão destacados os principais ganhos:

1. Efetividade e Desenvolvimento Nacional Sustentável

a. Ambiente Saudável e Seguro:

Manter as instalações limpas e conservadas é essencial para a saúde e segurança de todos os que frequentam a instituição. Um ambiente limpo reduz a incidência de doenças, melhora a qualidade de vida e contribui para o bem-estar físico e mental de alunos, professores e funcionários.

b. Sustentabilidade Ambiental:

A contratação com fornecimento de insumos sob demanda permite a utilização de produtos de limpeza ecológicos e práticas sustentáveis, como a redução de desperdícios e a adoção de métodos de limpeza que consomem menos água e energia. Isso contribui para a preservação ambiental e o cumprimento das políticas de sustentabilidade.

c. Contribuição para a Economia Local:

Ao contratar empresas especializadas, especialmente aquelas que adotam práticas de sustentabilidade, a instituição pode apoiar o desenvolvimento de negócios locais, contribuindo para a geração de empregos e renda na região.

2. Economicidade**a. Redução de Custos Operacionais:**

Com a contratação de serviços especializados, a instituição pode obter melhores preços para insumos e serviços, graças à economia de escala e à capacidade técnica dos fornecedores. A utilização de insumos sob demanda evita o acúmulo de estoque e a obsolescência de materiais, o que representa uma economia significativa.

b. Previsibilidade Orçamentária:

A contratação continuada permite que a instituição tenha maior controle sobre os custos, evitando gastos inesperados com manutenção corretiva. Isso facilita a previsão e a alocação do orçamento, permitindo uma gestão financeira mais eficaz.

3. Eficácia**a. Foco nas Atividades-Fim:**

Ao terceirizar as atividades de limpeza e conservação, a instituição pode concentrar seus esforços e recursos em suas atividades-fim, como o ensino, a pesquisa e a extensão. Isso aumenta a eficácia da gestão, pois os gestores podem dedicar mais tempo e atenção às áreas estratégicas da instituição.

b. Qualidade dos Serviços:

Empresas especializadas em asseio e conservação possuem expertise e equipamentos adequados, o que garante um serviço de alta qualidade, com melhores resultados na limpeza e conservação dos espaços. Isso se traduz em um ambiente mais agradável e funcional para todos os usuários.

4. Eficiência**a. Otimização dos Recursos Humanos:**

A contratação de serviços terceirizados permite uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, evitando a sobrecarga de servidores e permitindo que eles se concentrem em tarefas mais complexas e estratégicas. Isso aumenta a produtividade e a satisfação dos funcionários.

b. Uso Racional de Insumos:

A aquisição de insumos sob demanda evita desperdícios e permite que os materiais sejam utilizados de forma mais eficiente, de acordo com as necessidades reais da instituição. Isso também contribui para a sustentabilidade, ao minimizar o impacto ambiental.

5. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais e Financeiros**a. Manutenção Preventiva e Conservação do Patrimônio:**

A contratação continuada permite a execução de serviços de manutenção preventiva, evitando a deterioração dos bens públicos e prolongando a vida útil das instalações e do mobiliário. Isso reduz a necessidade de reparos caros e contribui para a preservação do patrimônio da instituição.

b. Flexibilidade na Gestão dos Recursos:

O fornecimento de insumos sob demanda e a contratação continuada de serviços permitem uma maior flexibilidade na gestão dos recursos, adequando a contratação ao fluxo de atividades da instituição. Isso garante que os serviços sejam prestados conforme a real necessidade, otimizando o uso dos recursos financeiros.

6. Ganhos Indiretos

a. Melhoria do Clima Organizacional:

Um ambiente limpo e bem conservado contribui para um clima organizacional positivo, aumentando a motivação e a produtividade dos servidores e dos alunos. Isso pode refletir na melhoria dos resultados acadêmicos e administrativos.

b. Reputação Institucional:

A qualidade das instalações e a preservação do patrimônio público são aspectos que impactam diretamente na imagem da instituição perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Uma instituição que mantém suas instalações em bom estado demonstra compromisso com a qualidade e a responsabilidade pública.

c. Redução de Riscos Trabalhistas:

A contratação de empresas especializadas em serviços de limpeza e conservação, que cumpram rigorosamente as normas trabalhistas, reduz o risco de passivos trabalhistas para a instituição, proporcionando uma gestão mais segura e alinhada com a legislação.

Esses benefícios demonstram que a contratação de serviços continuados de asseio, limpeza e conservação, com fornecimento de insumos sob demanda, é uma estratégia eficaz para garantir a sustentabilidade, a economicidade e a eficiência na gestão das instituições de ensino federais, resultando em um ambiente mais seguro, saudável e adequado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFRN *Campus* João Câmara.

13. Providências a serem Adotadas

A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato a ser celebrados possuem a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

A contratante deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

A contratante deverá disponibilizar:

- Uma sala, quando necessário, para que o(s) encarregado(s) e o supervisor, se houver, desempenhem suas atribuições;
- Um local adequado para que os trabalhadores realizem refeições;
- Um depósito para armazenamento dos insumos fornecidos.

Deve ser elaborada a Matriz de Riscos da aquisição, de maneira a ponderar e mitigar os riscos implícitos no objeto pleiteado, tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão do contrato, Termo de Referência e Edital, juntamente com seus respectivos anexos, facilitando a visualização por parte dos licitantes interessados, das obrigações implícitas na participação do certame.

Todos os empregados deverão ser habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para o tratamento dos impactos ambientais desta contratação, serão adotadas as recomendações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (4ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2021), elaborado pela CGU /AGU.

Na contratação de serviços continuados de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias com fornecimento de insumos sob demanda para o IFRN *Campus* João Câmara, é fundamental considerar os possíveis

impactos ambientais e implementar medidas de tratamento ou mitigadoras que possam sanar ou reduzir esses impactos, em conformidade com o inciso XII do art. 7º da Instrução Normativa (IN) nº 40/2020. Abaixo estão descritos os possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas de mitigação:

1. Impacto Ambiental: Uso de Produtos Químicos de Limpeza

Possíveis Impactos:

- Poluição da água e do solo devido ao descarte inadequado de resíduos químicos.
- Contaminação da fauna e flora local por produtos tóxicos.
- Emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) que contribuem para a poluição do ar e a saúde dos ocupantes do ambiente.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Escolha de Produtos Sustentáveis:** Priorizar o uso de produtos de limpeza biodegradáveis, atóxicos e certificados por selos ecológicos, que tenham menor impacto ambiental.
- **Treinamento de Pessoal:** Capacitar os funcionários para o uso correto e consciente dos produtos de limpeza, evitando desperdícios e uso excessivo de produtos químicos.
- **Gestão Adequada de Resíduos:** Implementar práticas de coleta seletiva e descarte adequado dos resíduos químicos, com destinação correta para evitar contaminação do meio ambiente.

2. Impacto Ambiental: Consumo de Água

Possíveis Impactos:

- Desperdício de água potável, agravando o problema de escassez hídrica.
- Contaminação da água por resíduos de produtos de limpeza.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Uso de Equipamentos Eficientes:** Adotar equipamentos de limpeza que reduzam o consumo de água, como lavadoras de alta pressão com tecnologia de economia de água.
- **Reutilização da Água:** Sempre que possível, utilizar sistemas que permitam a reutilização da água em processos de limpeza.
- **Capacitação:** Treinar os funcionários para utilizar a quantidade mínima necessária de água durante as operações de limpeza.

3. Impacto Ambiental: Consumo de Energia

Possíveis Impactos:

- Aumento da pegada de carbono devido ao consumo elevado de energia por equipamentos de limpeza.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Equipamentos Eficientes:** Utilizar equipamentos de limpeza energeticamente eficientes, certificados com selo de eficiência energética.
- **Horários de Utilização:** Planejar as operações de limpeza em horários que aproveitem melhor as condições naturais de iluminação e ventilação, reduzindo a necessidade de energia artificial.

4. Impacto Ambiental: Geração de Resíduos Sólidos

Possíveis Impactos:

- Aumento do volume de resíduos sólidos gerados, como embalagens de produtos de limpeza e materiais descartáveis, podendo sobrecarregar aterros sanitários e causar poluição.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Redução de Embalagens:** Optar por produtos de limpeza concentrados e a granel, que geram menos resíduos de embalagens.

- **Reciclagem e Reutilização:** Implementar um sistema de coleta seletiva para reciclagem das embalagens e reutilização de materiais sempre que possível.
- **Compra Responsável:** Selecionar fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como o uso de embalagens recicláveis ou retornáveis.

5. Impacto Ambiental: Emissão de Poluentes

Possíveis Impactos:

- Emissão de poluentes atmosféricos provenientes do uso de máquinas e veículos utilizados nas operações de limpeza.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Equipamentos com Baixa Emissão:** Preferir o uso de equipamentos elétricos ou com tecnologia de baixa emissão de poluentes.
- **Manutenção Preventiva:** Realizar a manutenção regular dos equipamentos e veículos utilizados, garantindo que operem de forma eficiente e com menor impacto ambiental.

6. Impacto Ambiental: Descarte de EPI Contaminado

Possíveis Impactos:

- Risco de contaminação ambiental e para a saúde humana pelo descarte inadequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) contaminados.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Gestão de Resíduos Perigosos:** Implementar um plano de gerenciamento de resíduos perigosos, garantindo o descarte seguro de EPIs contaminados conforme a legislação vigente.
- **Fornecimento de EPIs Reutilizáveis:** Sempre que possível, optar por EPIs que possam ser reutilizados após higienização adequada, reduzindo o volume de resíduos gerados.

7. Impacto Ambiental: Poluição Sonora

Possíveis Impactos:

- Poluição sonora devido ao uso de equipamentos de limpeza barulhentos, afetando a qualidade de vida dos ocupantes e da fauna local.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Equipamentos Silenciosos:** Optar por equipamentos de limpeza que operem com baixos níveis de ruído.
- **Planejamento das Atividades:** Programar a utilização de equipamentos barulhentos em horários que minimizem o impacto sobre a comunidade acadêmica e o meio ambiente.

8. Impacto Ambiental: Transporte de Materiais

Possíveis Impactos:

- Emissões de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos provenientes do transporte de materiais e insumos.

Medidas de Tratamento/Mitigação:

- **Otimização da Logística:** Planejar a logística de entrega e distribuição de insumos de forma a minimizar o número de viagens e, conseqüentemente, as emissões de poluentes.
- **Uso de Veículos Sustentáveis:** Preferir fornecedores que utilizem veículos com menor impacto ambiental, como veículos elétricos ou movidos a biocombustíveis.

Ao implementar essas medidas mitigadoras, o IFRN *Campus* João Câmara pode minimizar os impactos ambientais associados à prestação de serviços de asseio, limpeza e conservação, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Além disso, a adoção dessas práticas contribui para o cumprimento das exigências legais e para a promoção de um ambiente mais saudável e seguro para todos os usuários da Instituição.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Pelos motivos expostos neste documento, declara-se **viável** esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANE DE MORAIS FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 09:14:33.

AGOSTINHO LEAL BEZERRA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 10:10:06.

ALINE HORACIO DA COSTA AQUINO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 09:26:13.

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 09:26:10.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA DE ÁREAS - JOÃO CÂMARA.pdf (44.44 KB)
- Anexo II - PLANILHA DE MATERIAIS - EPI - EPC - UNIFORME - CONTRATO DE LIMPEZA.pdf (617.85 KB)
- Anexo III - CCT RN00083-2024 - SINDILIMP.pdf (6.73 MB)
- Anexo IV - LAUDO PERICIAL - Prestação de serviços IFRN - Revisão 2022.pdf (231.65 KB)
- Anexo V - CONTRATO 081-2020 PROAD-IFRN E ADITIVOS.pdf (4.74 MB)

Anexo I - PLANILHA DE ÁREAS - JOÃO CÂMARA.pdf

PLANILHA - RESUMO DOS VALORES

| Valores da Convenção Coletiva | Campus | | | João Câmara | JC |
|-------------------------------|--|----|--|-------------|------------|
| | Qtde. de serventes por encarregado | | | | 12 |
| | Valor da tarifa (R\$)* | | | R\$ | - |
| | Auxílio-Refeição/Alimentação | | | R\$ | 227,05 |
| | Benefícios Social Familiar | | | R\$ | 15,00 |
| | Auxílio Saúde | | | R\$ | 128,35 |
| | Jovem Aprendiz | | | R\$ | - |
| | Programa de Qualificação Prof e Markting | | | R\$ | 5,21 |
| Materiais | Materiais (Sob demanda) | 12 | | Mensal | R\$ 898,55 |
| | EPIs/EPCs (kit. básico) | 13 | | Mensal | R\$ 46,55 |
| | Equipamentos (sob demanda) | 12 | | Mensal | R\$ - |
| | Uniformes (kit básico) | 13 | | Mensal | R\$ 96,33 |
| | | | | | |

Não existe transporte coletivo regulamentado na cidade

Retirado conforme o PARECER n. 001302024/PF-JRNP/PFFRIO GRANDE DO NO

| QUANTITATIVO DE PESSOAL | |
|-------------------------|------------|
| Sem Insalubridade | 9,966 |
| Com Insalubridade | 1,650 |
| | 11,616 |
| | 11,616 |
| | VERDADEIRO |
| Encarregado de turma | 1,00 |
| TOTAL: | 13,00 |

| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD ANUAL | QTD MENSAL |
|--------------------|--|-----|---------------|-----------|------------|
| ÁREAS INTERNAS | PISOS ACARPETADOS | M² | 1.200 | 2.640 | 220 |
| | PISOS FRIOS | M² | 1.200 | 40.800 | 3.400 |
| | PISOS FRIOS - COMPLEMENTO INSALUBRE | M² | 1.200 | 0 | 0 |
| | LABORATÓRIOS | M² | 450 | 15.000 | 1.250 |
| | ALMOXARIFADOS/ GALPÕES | M² | 2.500 | 1.800 | 150 |
| | OFICINAS | M² | 1.800 | 0 | 0 |
| | ÁREAS LIVRES (SAGUÃO, HALL E SALÃO) | M² | 1.500 | 31.200 | 2.600 |
| | BANHEIROS | M² | 300 | 0 | 0 |
| | BANHEIROS INSALUBRES | M² | 300 | 4.980 | 415 |
| | TOTAL | | | 96.420 | 8.035 |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD ANUAL | QTD |
| ÁREAS EXTERNAS | PISOS PAVIMENTADOS | M² | 2.700 | 33.840 | 2.820 |
| | ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | M² | 9.000 | 48.000 | 4.000 |
| | VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS | M² | 2.700 | 22.800 | 1.900 |
| | ÁREAS VERDES | M² | | | |
| TOTAL | | | | 104.640 | 8.720 |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD ANUAL | QTD |
| ESQUADRIAS | ESQUADRIAS FACE EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO | M² | 380 | 4.980 | 415 |
| | ESQUADRIAS FACE INTERNAS | M² | 380 | 4.980 | 415 |
| | TOTAL | | | 9.960 | 830 |
| DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | Produtividade | QTD ANUAL | QTD |
| ÁREAS HOSPITALARES | ÁREAS HOSPITALARES E ASSEMBLHADAS (INSALUBRE) | M² | 450 | 1.440 | 120 |
| | TOTAL | | | 1.440 | 120 |

| DADOS DA LICITAÇÃO | | | | | | | CENÁRIO 1 - SEM INSUMOS SOB DEMANDA | | CENÁRIO 2 - COM INSUMOS SOB DEMANDA | |
|--------------------|------|--------------------|--|-----|-----------|-----------|-------------------------------------|----------------|-------------------------------------|----------------|
| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | PESSOAL | QTD ANUAL | VALOR M² | VALOR TOTAL | VALOR M² | VALOR TOTAL |
| 1 | 1 | ÁREAS INTERNAS | PISOS ACARPETADOS | M² | 0,183 | 2.640 | R\$ 3,52 | R\$ 9.292,80 | R\$ 4,48 | R\$ 11.827,20 |
| | | | PISOS FRIOS | M² | 2,833 | 40.800 | R\$ 3,52 | R\$ 143.616,00 | R\$ 4,48 | R\$ 182.784,00 |
| | | | PISOS FRIOS - COMPLEMENTO INSALUBRE | M² | 0,000 | 0 | R\$ 4,60 | R\$ - | R\$ 5,56 | R\$ - |
| | | | LABORATORIOS | M² | 2,778 | 15.000 | R\$ 9,38 | R\$ 140.700,00 | R\$ 11,94 | R\$ 179.100,00 |
| | | | ALMOXARIFADOS/ GALPÕES | M² | 0,060 | 1.800 | R\$ 1,68 | R\$ 3.024,00 | R\$ 2,15 | R\$ 3.870,00 |
| | | | OFICINAS | M² | 0,000 | 0 | R\$ 2,35 | R\$ - | R\$ 2,35 | R\$ - |
| | | | ÁREAS LIVRES (SAGUÃO, HALL E SALÃO) | M² | 1,733 | 31.200 | R\$ 2,81 | R\$ 87.672,00 | R\$ 3,58 | R\$ 111.696,00 |
| | | | BANHEIROS | M² | 0,000 | 0 | R\$ 14,07 | R\$ - | R\$ 17,92 | R\$ - |
| | | | BANHEIROS INSALUBRES | M² | 1,383 | 4.980 | R\$ 18,41 | R\$ 91.681,80 | R\$ 22,25 | R\$ 110.805,00 |
| | | | TOTAL | | 8,971 | 96.420 | R\$ 4,93 | R\$ 475.986,60 | R\$ 6,22 | R\$ 600.082,20 |
| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | PESSOAL | QTD ANUAL | VALOR M² | VALOR TOTAL | VALOR M² | VALOR TOTAL |
| 1 | 2 | ÁREAS EXTERNAS | PISOS PAVIMENTADOS | M² | 1,044 | 33.840 | R\$ 1,56 | R\$ 52.790,40 | R\$ 1,99 | R\$ 67.341,60 |
| | | | ADJACENTES/CONTIGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | M² | 0,444 | 48.000 | R\$ 0,47 | R\$ 22.560,00 | R\$ 0,60 | R\$ 28.800,00 |
| | | | VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS | M² | 0,704 | 22.800 | R\$ 1,56 | R\$ 35.568,00 | R\$ 1,56 | R\$ 35.568,00 |
| | | | ÁREAS VERDES | | 2,193 | 104.640 | R\$ 1,06 | R\$ 110.918,40 | R\$ 1,25 | R\$ 131.709,60 |
| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | PESSOAL | QTD ANUAL | VALOR M² | VALOR TOTAL | VALOR M² | VALOR TOTAL |
| 1 | 3 | ESQUADRIAS | ESQUADRIAS FACE EXTERNAS SEM EXPOSIÇÃO A SITUAÇÃO DE RISCO | M² | 0,093 | 4.980 | R\$ 0,94 | R\$ 4.681,20 | R\$ 1,20 | R\$ 5.976,00 |
| | | | ESQUADRIAS FACE INTERNAS | M² | 0,093 | 4.980 | R\$ 0,94 | R\$ 4.681,20 | R\$ 1,20 | R\$ 5.976,00 |
| | | | TOTAL | | 0,1851418 | 9.960 | R\$ 0,94 | R\$ 9.362,40 | R\$ 1,20 | R\$ 11.952,00 |
| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO | DESCRIÇÃO DETALHADA | UND | PESSOAL | QTD ANUAL | VALOR M² | VALOR TOTAL | VALOR M² | VALOR TOTAL |
| 1 | 4 | ÁREAS HOSPITALARES | PISOS PAVIMENTADOS | M² | 0,267 | 1.440 | R\$ 12,28 | R\$ 17.683,20 | R\$ 14,84 | R\$ 21.369,60 |
| | | | ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES | | | | R\$ 12,28 | R\$ 17.683,20 | R\$ 14,84 | R\$ 21.369,60 |
| TOTAL | | | | | 0,27 | 1.440 | | | | |
| VALOR TOTAL ANUAL | | | | | | | R\$ | 613.950,60 | R\$ | 765.113,40 |
| VALOR MENSAL | | | | | | | R\$ | 51.162,55 | R\$ | 63.759,45 |
| VALOR TOTAL 5 ANOS | | | | | | | R\$ | 3.069.753,00 | R\$ | 3.825.567,00 |

**Anexo II - PLANILHA DE MATERIAIS - EPI - EPC -
UNIFORME - CONTRATO DE LIMPEZA.pdf**

PLANILHA DE MATERIAIS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | PERÍODO | QTD MÁXIMA / PERÍODO | QTD MÁXIMA ANUAL | PREÇO MÉDIO ESTIMADO UNIT | VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL |
|------|--|---------|------------|----------------------------|------------------------|------------------------------------|----------------------------------|
| 1 | Ácido muriático 1 L - ÁCIDO CLORÍDRICO\, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO LÍMPIDO\, INCOLOR À LEVEMENTE AMARELADO, TEOR MÍNIMO DE 30%, MICA CAS 7647-01-0 | LT | Mensal | 5 | 60 | R\$ 18,57 | R\$ 1.114,20 |
| 2 | ÁLCOOL ETÍLICO LIMPEZA DE AMBIENTES, TIPO GEL HIDRATADO, APLICAÇÃO LIMPEZA, CONCENTRAÇÃO 70% INPM. GALÃO DE 5,00 L | BOMBONA | Mensal | 2 | 24 | R\$ 50,34 | R\$ 1.208,16 |
| 3 | Álcool Etílico Hidratado 70% frasco com 1000 ML - APRESENTAÇÃO LÍQUIDO | LT | Mensal | 12 | 144 | R\$ 9,94 | R\$ 1.431,36 |
| 4 | Aromatizante/Odorizador Automotivo 8ml, aromas variados | UND | Mensal | 5 | 60 | R\$ 11,40 | R\$ 684,00 |
| 5 | Balde plástico com tampa de 30L, dimensões aproximadas de 38,4x37,6cm, com alça de ferro com batoque, Tampa hermética. | UND | Trimestral | 6 | 24 | R\$ 38,33 | R\$ 919,92 |
| 6 | Balde plástico de 20 litros, dimensões aproximadas de 35x34cm, com alça de ferro com batoque. | UND | Trimestral | 6 | 24 | R\$ 29,50 | R\$ 708,00 |
| 7 | CÂMARA DE AR PARA RODA DE CARRINHO DE MÃO ARO 3,25 MM x 8" | UND | Semestral | 6 | 12 | R\$ 26,76 | R\$ 321,12 |
| 8 | Carrinho-de-mão com braço metálico e caçamba metálica rasa redonda de 0,45 mm (chapa 26). Capacidade para 55 litros, roda com pneu e câmara. Dimensões aproximadas (CxLxA): 144 x 59 x 52 cm.Peso aproximado: 9 Kg. Referência Tramontina 77704/434. | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 262,77 | R\$ 788,31 |

| | | | | | | | |
|----|---|----------|--------|----|-----|------------|--------------|
| 9 | Carro funcional para limpeza 50L. Acompanha: 01 Carro Funcional América + 01 (um) Conj. Espremedor Doblô 50 litros, c/ 02 baldes de 25 l cada + 01 (um) Conjunto Mop Líquido (01 Cabo em Alumínio + 01 Haste + 01 Refil Mop Líquido 320 g) + 01 (uma) Placa de Sinalização Piso Molhado + 01 (uma) Pá Coletora Pop + 01 (um) Conjunto Mop Pó (01 Cabo em Alumínio + 01 Armação + 01 Refil Mop Pó 60 cm). Medidas: 116 cm comprimento x 57 cm largura x 100 cm altura, peso aproximado 18 k. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ - | R\$ - |
| 10 | Carro Industrial usado para transporte de cargas em geral, com tela, Capacidade de Carga de 800 Kg. Contém sistema de 5º roda. Cabo em T para manobras com freio. Estrutura Metálica em Aço Carbono. Soldagem pelo processo: MIG/MAG. Pintura a Pó Eletrostática. Assoalho Metálico. Medida da Plataforma: 1500 x 800 mm. Altura da Plataforma: 400 mm. Altura do Cabo: 1000 mm. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ - | R\$ - |
| 11 | Cera líquida ultrapreta p/ pneu e borrachas, bombona com 5 litros | BOMBONA | Mensal | 1 | 12 | R\$ 22,39 | R\$ 268,68 |
| 12 | Cesto p/ Lixo Telado de Plástico 10 Lts | UND | Anual | 24 | 24 | R\$ 11,10 | R\$ 266,40 |
| 13 | Corda de Seda Poliéster Trançada 06mm x 15 metros | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 28,90 | R\$ 28,90 |
| 14 | Corda de Seda Poliéster Trançada 12mm x 15 metros | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 54,23 | R\$ 54,23 |
| 15 | Corda Trançada Nylon 10mmX219m Azul/Preta | CARRETEL | Anual | 1 | 1 | R\$ 358,97 | R\$ 358,97 |
| 16 | Cortador de Grama com fio de nylon com potência mínima do motor de 1000 w - 220V (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 17 | Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 51,27 | R\$ 51,27 |
| 18 | Desentupidor Tufão comprimento 5 M Diâmetro Tubo 2 Polegadas | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 45,93 | R\$ 45,93 |
| 19 | Desinfetante líquido 5lts (aromas variados) - Princípio ativo: cloreto de dimetil benzil + tensoativos - teor ativo em torno de 50% - forma física: solução aquosa, bombona com 5 litros. Registro junto a Anvisa. Diluição 1:20. | BOMBONA | Mensal | 8 | 96 | R\$ 16,67 | R\$ 1.600,32 |
| 20 | Desodorizador sanitário com suporte plástico | UND | Mensal | 20 | 240 | R\$ 5,65 | R\$ 1.356,00 |
| 21 | Detergente líquido para piso, bombona com 5 litros | BOMBONA | Mensal | 5 | 60 | R\$ 39,38 | R\$ 2.362,80 |

| | | | | | | | |
|----|---|-----|-----------|----|-----|------------|--------------|
| 22 | Dispenser Múltiplo Higiénico para papel Toalha inferfolhada. Composto plástico transparente especial com alta resistência ao impacto. Capacidade para 1000 folhas | UND | Anual | 12 | 12 | R\$ 47,47 | R\$ 569,64 |
| 23 | Enxada canavieira goivada com cabo, forjada em aço carbono especial, Temperada em todo o corpo da peça, lâmina feita em máquina de desbaste automatizadas, COM pintura eletrostática a pó, cabo em. Tamanho do cabo: 150cm. | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 60,27 | R\$ 241,08 |
| 24 | Escada de Alumínio 7 Degraus com Fita de Segurança - Mor é fabricada segundo os critérios da ABNT. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 233,96 | R\$ 467,92 |
| 25 | Escada de Alumínio 3 degraus, com pés emborrachados e degraus com material antiderrapante e fabricada segundo os critérios da ABNT. | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 112,62 | R\$ 112,62 |
| 26 | Escovão de mão c/ cabo para azulejos e cantinhos, cerdas nylon | UND | Semestral | 6 | 12 | R\$ 9,46 | R\$ 113,52 |
| 27 | Escova de mão multiuso, com alça anatômica, dimensões 14,5 x 6 x 8,2 cm. | UND | Semestral | 6 | 12 | R\$ 8,42 | R\$ 101,04 |
| 28 | Espátula de Aço 40mm com Cabo de Madeira Ref. 390. Lâmina de aço temperado. Banhada em verniz protetivo contra oxidação. Cabo de madeira com formato anatômico. Haste fixada no cabo por encaixe. | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 8,60 | R\$ 25,80 |
| 29 | Essência de aromas variados, com 100 ml (LAVANDA) | UND | Mensal | 10 | 120 | R\$ 12,52 | R\$ 1.502,40 |
| 30 | Estrovenga leve, com olho de 29 mm de diâmetro, pintura em verniz transparenteLeve com cabo de madeira. Referência: Tramontina 77635/085 | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 41,37 | R\$ 82,74 |
| 31 | Extensão elétrica com base circular, 10 A, cabo PP 3 x 2,5 mm - 30 Metros | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 566,00 | R\$ 566,00 |
| 32 | FACÃO, MATERIAL LÂMINA AÇO, MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO 20 POL, TIPO PARA MATO | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 40,81 | R\$ 81,62 |
| 33 | Flanela tamanho médio 40cmx50cm | UND | Mensal | 15 | 180 | R\$ 4,87 | R\$ 876,60 |

| | | | | | | | |
|----|---|--------|------------|----|-----|------------|--------------|
| 34 | Foice para Pasto com Cabo de Eucalipto. Dimensões aproximadas: Comprimento total 425,0 mm; Tamanho da Abertura da lâmina 308,0 mm; Distância entre a ponta da lâmina ao cabo 422,0 mm. Peso: 260 gramas. Referência Tramontina 77682/025. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 50,67 | R\$ 101,34 |
| 35 | Herbicida mata tiririca | LT | Semestral | 1 | 2 | R\$ 33,33 | R\$ 66,66 |
| 36 | Hipoclorito de sódio, bombona com 5 litros, concentrado, 2 a 2,5% de cloro ativo. | UND | Mensal | 10 | 120 | R\$ 10,85 | R\$ 1.302,00 |
| 37 | Inseticida 250ml, para insetos rasteiros e voadores - líquido para diluir | FRASCO | Mensal | 4 | 48 | R\$ 50,17 | R\$ 2.408,16 |
| 38 | Iscaformicida para formiga isca granulada de ingestão | KG | Trimestral | 1 | 4 | R\$ 20,50 | R\$ 82,00 |
| 39 | Lima de amolar enxada, dimensão aproximada 8", com cabo | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 26,74 | R\$ 53,48 |
| 40 | Limpador de Vidro Magnético Janela | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 9,77 | R\$ 19,54 |
| 41 | Limpador Instantâneo de Quadro Branco Spray 60ml (1 Frasco 60ml + 1 Flanela) | UND | Mensal | 1 | 12 | R\$ 16,23 | R\$ 194,76 |
| 42 | Lixeira com tampa de Pedal 20 L Branca | UND | Anual | 8 | 8 | R\$ 57,09 | R\$ 456,72 |
| 43 | Lustra móvel - frasco com 200ml | FRASCO | Mensal | 10 | 120 | R\$ 6,37 | R\$ 764,40 |
| 44 | Mangueira de jardim, material PVC, 3/4" com 50 m | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 164,10 | R\$ 656,40 |
| 45 | Máquina lava jato com rodas, com potência mínima de 1600w e/ou pressão trab de 1600 libras ou superior. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 46 | Mop Líquido/Úmido - conjunto completo (cabo de alumínio + armação + refil 60 cm) - (Ref. Comercial RMF700). Confeccionado em microfibra com cabo extensor em alumínio e giro de 360°. | UND | Anual | 8 | 8 | R\$ 123,64 | R\$ 989,12 |
| 47 | Mop Pó - conjunto completo (cabo de alumínio + armação + refil 60 cm) - (Ref. Comercial RMF600). Confeccionado em microfibra com cabo extensor em alumínio e giro de 360°. | UND | Anual | 8 | 8 | R\$ 119,33 | R\$ 954,64 |
| 48 | Mop Pó refil 60 cm (referencia comercial RE 600 ou similar) | UND | Semestral | 12 | 24 | R\$ 31,05 | R\$ 745,20 |
| 49 | Mop Úmido/Líquido - refil da cabeleira na cor azul (Ref Comercial RS70AZ ou similar) | UND | Semestral | 12 | 24 | R\$ 29,38 | R\$ 705,12 |
| 50 | NAFTALINA EM BOLAS, PACOTE COM 30 GRAMAS, Grau de pureza mínima 95% | PACOTE | Mensal | 5 | 60 | R\$ 2,80 | R\$ 168,00 |
| 51 | Odorizador de ambiente em aerossol, 360ml | FRASCO | Mensal | 10 | 120 | R\$ 12,08 | R\$ 1.449,60 |
| 52 | Pá coletora de lixo com tampa, cabo 80 cm | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 32,93 | R\$ 197,58 |

| | | | | | | | |
|----|--|--------|--------|----|-----|------------|---------------|
| 53 | Pá coletora de lixo simples em alumínio ou zinco c/ largura de 30 cm e altura de 10 cm - cabo em chapa de aço c/ altura de 80 cm | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 37,58 | R\$ 225,48 |
| 54 | Pá de bico com cabo. Comprimento: 97 cm Largura: 26 cm | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 40,14 | R\$ 120,42 |
| 55 | Pá quadrada com cabo de madeira de 74 cm e com terminação "Y" metálica (ref. Pá quadrada - com cabo - 77465/334 - Tramontina) | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 37,64 | R\$ 112,92 |
| 56 | Palha de aço grossa N 02 (pacote com 02 unid.) | PACOTE | Mensal | 3 | 36 | R\$ 1,78 | R\$ 64,08 |
| 57 | PANO DE CHÃO ALVEJADO TIPO A, MEDIDAS 50X70CM, material 100% algodão | UND | Mensal | 20 | 240 | R\$ 3,74 | R\$ 897,60 |
| 58 | Papel higiênico duplo de 1ª qualidade, branco, picotado, fardo com 64 rolos de 30 m.registrado junto ao Inmetro. | FARDO | Mensal | 30 | 360 | R\$ 101,40 | R\$ 36.504,00 |
| 59 | Papel Higiênico em Rolo, folha simples - 300m, branco extra luxo, fabricado com 100% celulose virgem, alta qualidade, embalado em caixa de papelão com 8 rolos de 300m, com 2400 metros. Extrato de Algodão. | CAIXA | Mensal | 10 | 120 | R\$ 76,40 | R\$ 9.168,00 |
| 60 | Papel toalha branco de 1ª qualidade, com alto poder de absorção, interfolhado, 23x21cm (aproximadamente), com duas dobras, fardo com 1000 folhas, separados em pacotes de 250 folhas. 100% celulose virgem. | FARDO | Mensal | 30 | 360 | R\$ 14,63 | R\$ 5.266,80 |
| 61 | Picareta Estreita 4 Libras Cabo 90cm com olho de 70x45mm | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 101,65 | R\$ 101,65 |
| 62 | Picareta Pá Larga e Machadinho - Chibanca com cabo de madeira resistente com 90 cm. Produzidas em aço carbono de alta qualidade, temperado. Pintura eletrostática a pó. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 85,65 | R\$ 171,30 |
| 63 | Querosene, em embalagem com no mínimo 900ml | LT | Mensal | 3 | 36 | R\$ 15,50 | R\$ 558,00 |
| 64 | Rodo metálico de 60 cm com cabo, profissional. Extra Grande Reforçado | UND | Anual | 12 | 12 | R\$ 54,91 | R\$ 658,92 |
| 65 | Rodo Plástico Push 40cm com Borracha Dupla e Cabo de 120cm | UND | Anual | 24 | 24 | R\$ 19,77 | R\$ 474,48 |
| 66 | Sabão de coco, barras de 200gr. | Pacote | Mensal | 1 | 12 | R\$ 3,21 | R\$ 38,52 |
| 67 | Sabão em barra glicerinado, pacote com 5 barras de 200g | PACOTE | Mensal | 3 | 36 | R\$ 12,98 | R\$ 467,28 |
| 68 | Sabão em pó granulado mult-ação, com 1kg | KG | Mensal | 15 | 180 | R\$ 11,19 | R\$ 2.014,20 |

| | | | | | | | |
|----|--|---------|--------|---|----|------------|--------------|
| 69 | Sabonete líquido concentrado neutro, antisséptico, para as mãos, perfumado. Com uma formulação balanceada, permite uma lavagem fácil e rápida, deixando as mãos macias e suavemente perfumadas. Características Físico - Químicas: Líquido viscoso, verde, com suave aroma (aromas variados), pH 7, biodegradável, não inflamável, não tóxico e não irritante para as mãos e pele. Bombona de 5 litros | BOMBONA | Mensal | 6 | 72 | R\$ 21,17 | R\$ 1.524,24 |
| 70 | Saboneteira Dispenser p/Alcool Gel ou Sabonete Líquido Possui reservatório com capacidade para 500 ml e com tampa que evita a evaporação do líquido Indicado igualmente para álcool e sabonete líquido.Fabricado em termoplástico de alta resistência <i>Desenho Moderno e Harmonioso. Fácil instalação</i> | UND | Anual | 8 | 8 | R\$ 21,84 | R\$ 174,72 |
| 71 | Saco plástico p/ lixo 100 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Dimens.es 80 x 90 cm ou 75x105cm. Refor.ado - Espessura 0.10 micras. | PACOTE | Mensal | 3 | 36 | R\$ 43,69 | R\$ 1.572,84 |
| 72 | Saco plástico p/ lixo 20 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras. | PACOTE | Mensal | 4 | 48 | R\$ 13,00 | R\$ 624,00 |
| 73 | Saco plástico p/ lixo 200 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Classe 1 - Tipo E - Super Resistente | PACOTE | Mensal | 5 | 60 | R\$ 65,80 | R\$ 3.948,00 |
| 74 | Saco plástico p/ lixo 40 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras. | PACOTE | Mensal | 6 | 72 | R\$ 25,55 | R\$ 1.839,60 |
| 75 | Saco plástico p/ lixo 60 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras. | PACOTE | Mensal | 6 | 72 | R\$ 34,37 | R\$ 2.474,64 |
| 76 | Secador Elétrico Automático 220V para Mãos com Sensor Infravermelho, com 1800w. Velocidade de fluxo de ar de 70/s, temperatura do ar de 60°C | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 361,04 | R\$ 722,08 |
| 77 | Silicone em Gel Automotivo 3 em 1 - 500g | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 11,16 | R\$ 22,32 |
| 78 | Solução LIMPADOR MULTIUSO p/ limpeza de vidro e limpador geral para pronto uso, capaz de remover gorduras e sujeiras em superfícies rígidas (bombona com 5 litros) marca de ref. Mix limp | BOMBONA | Mensal | 1 | 12 | R\$ 44,67 | R\$ 536,04 |
| 79 | Soprador e Aspirador a gasolina, 26 CC, com Motor 2 Tempos (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 80 | Suporte Esmaltado C/ Porta Cadeado papel Rolão até 800 mts | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 96,00 | R\$ 384,00 |
| 81 | Tambor para lixo externo tipo Bombona Plástica capacidade 200 litros fabricada em Polietileno com 01 tampa de rosca. | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 230,03 | R\$ 1.380,18 |

| | | | | | | | |
|-----|--|---------|------------|----|-----|------------|--------------|
| 82 | TELA MIC SCREEN, Desodorizador de borracha p/ mictório (FRAGÂNCIA VARIADA) | UND | Mensal | 10 | 120 | R\$ 2,50 | R\$ 300,00 |
| 83 | Vassoura Ancinho Plástica com Cabo (ciscador plástico), Marca e Modelo de referência: FJ - 1011 – Trapp | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 31,15 | R\$ 186,90 |
| 84 | Vassoura de piaçava padrão 4 com cabo e capa plástica | UND | Semestral | 12 | 24 | R\$ 37,16 | R\$ 891,84 |
| 85 | Vassoura Gari Piaçava 60cm com Cabo de 150cm | UND | Semestral | 6 | 12 | R\$ 37,67 | R\$ 452,04 |
| 86 | Vassoura limpa teto com encaixe para cabo de madeira, com cabo | UND | Semestral | 3 | 6 | R\$ 24,86 | R\$ 149,16 |
| 87 | Vassourão gari de nylon base plástica 40 cm, com cabo | UND | Semestral | 12 | 24 | R\$ 34,63 | R\$ 831,12 |
| 88 | Vassouras de pêlo, base de 40cm, com cabo | UND | Semestral | 12 | 24 | R\$ 20,48 | R\$ 491,52 |
| 89 | Vassourinha/escova para limpeza de aparelho sanitário | UND | Semestral | 12 | 24 | R\$ 8,70 | R\$ 208,80 |
| 90 | Veneno para formiga inseticida em pó embalagem com 200 gramas | PACOTE | Trimestral | 1 | 4 | R\$ 7,67 | R\$ 30,68 |
| 91 | Detergente liquido neutro lava louça 500ml | UND | Mensal | 15 | 180 | R\$ 2,30 | R\$ 414,00 |
| 92 | PANO DE PRATO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, ATOALHADO LISO, COM BAINHA, MEDINDO 40 X 63CM | UND | Trimestral | 12 | 48 | R\$ 4,51 | R\$ 216,48 |
| 93 | Pano multiuso tipo perfix - rolo com 30m picotado | ROLO | Trimestral | 9 | 36 | R\$ 63,17 | R\$ 2.274,12 |
| 94 | Xampu p/ lavagem de veículos concentrado, bombona com 5 litros | BOMBONA | Mensal | 1 | 12 | R\$ 176,24 | R\$ 2.114,88 |
| 95 | Vassoura Nylon 30cm Cabo de Madeira Plástico com altura de 1,20m | UND | Semestral | 6 | 12 | R\$ 26,00 | R\$ 312,00 |
| 96 | Cesto p/ Lixo plástico com tampa vai e vem basculante na cor verde de 100 litros. | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 132,85 | R\$ 797,10 |
| 97 | Esponja dupla face ação antibacteriano que não risca pacote com 3 unidades. | PACOTE | Mensal | 20 | 240 | R\$ 7,46 | R\$ 1.790,40 |
| 98 | ESPONJA DE LÃ DE AÇO fina, PACOTE 60G COM 8UND | PACOTE | Mensal | 1 | 12 | R\$ 6,70 | R\$ 80,40 |
| 99 | LIMPA ALUMÍNIO, VIDRO 500 ML | UND | Semestral | 1 | 2 | R\$ 5,58 | R\$ 11,16 |
| 100 | LIMPA INOX, VIDRO 200 ML | UND | Semestral | 1 | 2 | R\$ 10,32 | R\$ 20,64 |
| 101 | REFIL CARRETEL FIO DE NYLON PARA APARADORES DE GRAMA ELÉTRICO, 8M DE FIO 1,8MM, COMPATÍVEL COM OS MODELOS USADOS NO CAMPUS | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 49,82 | R\$ 49,82 |
| 102 | ROÇADEIRA À GASOLINA SKIM 5500, 2,2 HP DE POTÊNCIA, 55 cc, LÂMINA 3 PONTAS, 13.000 RPM DE ROTAÇÃO (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |

| | | | | | | | |
|-----|--|-----------|-----------|----|-----|------------|--------------|
| 103 | BOBINA 2KG DE FIO NYLON 3,0MM PARA ROÇADEIRA | BOBINA | Anual | 1 | 1 | R\$ 245,11 | R\$ 245,11 |
| 104 | Desentupidor de pia tipo sanfona, com cabo anatômico, aplicação: desentupir orifícios de pequeno e médio porte. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 8,08 | R\$ 16,16 |
| 105 | Espanador plástico multiuso 280 x 40 mm | UND | Semestral | 1 | 2 | R\$ 36,53 | R\$ 73,06 |
| 106 | Limpador de vidros. Rodo limpa vidros telescópico, com cabo extensor de 3,10m, que pode ser reduzido a 1,25m. O rodo possui régua flanela para utilizar com água e detergente na sujeira da vidraça e régua de borracha para puxar a água e secar a vidraça. | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 43,54 | R\$ 43,54 |
| 107 | Papel toalha, tipo bobina, rolo com 200m, embalagem com 6 unidades. | Embalagem | Mensal | 1 | 12 | R\$ 97,90 | R\$ 1.174,80 |
| 108 | Rodo para pia em polipropileno 16 cm | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 9,10 | R\$ 27,30 |
| 109 | Vassoura metálica 22 dentes com cabo de 120 cm. | UND | Semestral | 2 | 4 | R\$ 61,38 | R\$ 245,52 |
| 110 | Detergente desincrustante, bombona com 5 litros. Aplicação: remoção de graxas, óleos e gorduras carbonizadas de equipamentos de cozinhas profissionais. | BOMBONA | Mensal | 1 | 12 | R\$ 31,60 | R\$ 379,20 |
| 111 | Detergente alcalino clorado, bombona com 5 litros. Aplicação: limpeza de superfícies como pisos, bancadas, mesas, equipamentos, tábuas de corte, rejuntas, utensílios de cozinha etc. | BOMBONA | Mensal | 1 | 12 | R\$ 36,95 | R\$ 443,40 |
| 112 | Desinfetante à base de quaternário de amônio, teor ativo em torno de 0,4%, bombona de 5 litros. Aplicação: desinfecção de pisos, paredes, bancadas de trabalho, equipamentos, utensílios, etc. | BOMBONA | Mensal | 1 | 12 | R\$ 136,58 | R\$ 1.638,96 |
| 113 | Touca descartável em polipropileno, branca, c/ elástico, pacote com 100 und. | PACOTE | Mensal | 1 | 12 | R\$ 21,60 | R\$ 259,20 |
| 114 | Vassoura tipo escovão, com cabo de madeira | UND | Semestral | 2 | 4 | R\$ 27,67 | R\$ 110,68 |
| 115 | Inseticida aerosol, 400ml. | UND | Mensal | 15 | 180 | R\$ 26,36 | R\$ 4.744,80 |
| 116 | Cupinicida incolor aerosol, embalagem com 400ml. | UND | Mensal | 1 | 12 | R\$ 66,67 | R\$ 800,04 |

| | | | | | | | |
|-----|--|-----|-------|---|---|------------|------------|
| 117 | Soprador/aspirador elétrico. Possui tubo telescópico, trava para extensão elétrica, alavanca reversora, rodas para apoiar a equipe no chão, suporte para ombro, motor de escovas, triturador interno e saco de detritos??? com capacidade para 32 litros. Grau de Proteção Classe II - Isolação Dupla ou Reforçada. Tensão: 220v. Potência: mínimo 2500W. Garantia: 6 meses. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 118 | Carro funcional para limpeza. Possui corpo em polipropileno; saco para recolhimento de lixo produzido em vinil com capacidade para 200 litros; tampa com espaço para consicionamento de ferramentas, acessórios ou outros objetos; rodízios emborrachados para deslocamento com menos ruídos. Marca/modelo de referência: Bralimpia/América (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ - | R\$ - |
| 119 | Carrinho para coleta de lixo tipo prefeitura ou luto car, fabricado em aço carbono com chapa reforçada de #1,5 mm. Capacidade para 100 Litros. Equipado com 2 rodas pneumáticas (com câmara) de 3,50 x 8", com rolamento de rolete em eixo maciço de aço. Possui 110 cm de altura, 60 cm de largura. Pintura: epóxi. Garantia: 12 meses contra defeito de fabricação. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 413,20 | R\$ 826,40 |
| 120 | Carrinho tubular para 4 galões de água, fabricado em aço carbono. Equipado com 2 rodas pneumáticas (com câmara), montadas no eixo fixo. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 121 | Aspirador de pó e líquidos, 20L 1400W. Potência: 1400W. Tensão: 220v. Capacidade do Recipiente: 20L. Motor: 1 estágio. Mangueira: 1,5m. Cabo elétrico: 5m. Itens inclusos: bocal de sopro, cabo elétrico de 5 metros, aspira sólidos e líquidos, utiliza 3 filtros (filtro de papel, filtro pano, filtro permanente), possui rodas, alças e bôia de água, porta-acessórios. Marca/modelo de referência: Wap/GT Profi ou similar ou superior. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |

| | | | | | | | |
|-----|--|-----|------------|---|---|------------|------------|
| 122 | Lavadora de alta pressão (máquina lava jato). Alimentação: Elétrica. Potência:1450W. Pressão de trabalho (PSI):1800 libras. Pressão máxima: 124 bar. Tipo da tensão: Monofásica. Vazão de água: 300 l/h (5 l/min). Tipo de motor: universal. Tipo de bomba: axial. Aplicador de xampu e detergente. Área de alcance: 9m. Cabo elétrico: 5m. Mangueira: 3m. Protetor térmico. Suporte para cabo elétrico e mangueira. Rodas e alça para transporte. Bico vario, que permite o ajuste deixando o jato concentrado para sujeiras mais difíceis ou em leque para regar plantas. Tensão: 220V. Garantia:12 meses. Marca/modelo de referência: Electrolux/Power wash eco ou similar ou superior. (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 123 | Bomba de ar manual, com manômetro com duas escalas e ponteiros adaptadoras. Aplicação: inflar pneus. | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 139,31 | R\$ 139,31 |
| 124 | Câmara de ar 3,50 x 8". Aplicação: roda de carrinho de mão e de carro plataforma. | UND | Semestral | 4 | 8 | R\$ 39,62 | R\$ 316,96 |
| 125 | Pneu 3,50 x 8". Aplicação: carrinho de mão e carro plataforma. | UND | Semestral | 3 | 6 | R\$ 58,33 | R\$ 349,98 |
| 126 | Aro plástico, produzido em polietileno. Aplicação: pneu 8x3,50. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 72,72 | R\$ 145,44 |
| 127 | SUPORTE PARA MOP UMIDO | UND | Trimestral | 2 | 8 | R\$ 32,39 | R\$ 259,12 |
| 128 | Ancinho curvo com 16 dentes de metal. marca de ref.: Tramontina (ciscador) com cabo | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 26,10 | R\$ 78,30 |
| 129 | Arrancador de inço com cabo de madeira | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 17,57 | R\$ 17,57 |
| 130 | Enxadeco com cabo em madeira. Características gerais: Diâmetro do olho = Ø38 mm. Produzidas em aço carbono temperado. Pintura eletrostática a pó. Referência Tramontina 77270/254 | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 43,70 | R\$ 87,40 |
| 131 | Escardilho com 5 dentes e Cabo de Madeira | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 15,89 | R\$ 15,89 |
| 132 | Escavador manual (boca de lobo) | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 164,91 | R\$ 329,82 |
| 133 | Gadanhos p/ jardins com cabo. O ancinho é - Fabricado em aço carbono especial de alta qualidade. - Possui 2,65 mm de espessura. - Possui 12 dentes. | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 35,93 | R\$ 35,93 |
| 134 | Garfo para Afogar Terra com Cabo de Madeira | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 14,05 | R\$ 28,10 |
| 135 | Irrigador Giratório com Base e 3 Jatos | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 52,34 | R\$ 314,04 |

| | | | | | | | |
|-----|---|------|-------|---|---|------------|------------|
| 136 | Machado Lenhador fabricado em aço forjado e temperado e tem cabo de madeira de 1 metro. Cabo em madeira. Lâmina em aço SAE 1045. Tamanho do cabo: 100 cm. Tamanho Machado (LxA): 20,3 x 14,2 cm. Olho: 3 x 6 cm. Peso: 2,5 kg | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 92,65 | R\$ 92,65 |
| 137 | Mangueira para irrigação com microfuros a lazer, com furos de 20 em 20cm, com 100m | PEÇA | Anual | 4 | 4 | R\$ 209,57 | R\$ 838,28 |
| 138 | Pazinha larga profissional para jardim | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 16,36 | R\$ 16,36 |
| 139 | Podador com Cabo Madeira 150Cm | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 225,14 | R\$ 225,14 |
| 140 | Pulverizador costal com acionamento por alavanca, marca de referência Guarany, para uso profissional e Capacidade 10 litros. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 369,56 | R\$ 739,12 |
| 141 | Raspador/enxada com hste e luva 7" com cabo longo de madeira de 120 cm | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 245,97 | R\$ 245,97 |
| 142 | Serrote de poda 12" com cabo de maderira | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 86,04 | R\$ 86,04 |
| 143 | Tesoura de jardim com Lâmina em Curva. Material da lâmina em aço carbono temperada . Material do cabo em polipropileno termoplástico de alta resistência. Com trava de segurança com acionamento em um único botão (Referência Tramontina: 78302/801) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 59,99 | R\$ 59,99 |
| 144 | Tesoura de poda cabo de madeira comprido 43 cm | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 119,48 | R\$ 119,48 |
| 145 | Tesoura para cerca viva/grama 12" com cabo de madeira | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 74,06 | R\$ 74,06 |
| 146 | Transplantador articulado | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 33,07 | R\$ 33,07 |
| 147 | Carrinho Cortador De Grama À Gasolina 6hp 4 Tempos. Tramontina (REGIME DE COMODATO) | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ - | R\$ - |
| 148 | Limitador para grama com altura de 11cm. Peça com 50m | Rolo | Anual | 1 | 1 | R\$ 141,33 | R\$ 141,33 |
| 149 | Lâmina para a Roçadeira DE 3 PONTAS 255 MM X 20 MM X 2,9 MM | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 139,81 | R\$ 279,62 |

| | |
|---------------------------------|-------------------|
| VALOR TOTAL ANUAL = | R\$129.390,78 |
| VALOR MENSAL = | R\$10.782,57 |
| VALOR MENSAL POR POSTO = | R\$ 898,55 |

PLANILHA DE EPI E EPC

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | PERÍODO | QTD MÁXIMA / PERÍODO | QTD MÁXIMA ANUAL | PREÇO MÉDIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL |
|------|---|------|------------|----------------------------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| 1 | Luva de segurança confeccionada em quatro fios de algodão tricotadas em uma só peça, tamanho único, palma com pigmento PVC, punho com elástico, acabamento em overloque, luva para proteção contra agentes mecânicos. | PAR | Trimestral | 21 | 84 | R\$ 4,81 | R\$ 404,04 |
| 2 | Calçado de segurança sem biqueira de aço, confeccionado em vaqueta, sola de borracha, dorso acolchoado, na cor preta, com Certificado de aprovação – CA do Ministério do Trabalho e Emprego. | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 36,42 | R\$ 145,68 |
| 3 | Calçado de segurança com biqueira de composite, confeccionado em vaqueta, sola de borracha, dorso acolchoado, na cor preta, com Certificado de aprovação – CA do Ministério do Trabalho e Emprego. | UND | Anual | 3 | 3 | R\$ 80,00 | R\$ 240,00 |
| 4 | Calçado tipo bota confeccionada em PVC com forro em poliéster. Impermeável, toda fechada. Cano médio. Sem bico de aço. Solado antiderrapante. Indicada para uso em limpeza de áreas úmidas. Cor branca. | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 36,23 | R\$ 144,92 |
| 5 | Chapéu australiano com protetor de nuca e cordão de ajuste, confeccionado em poliéster. | UND | Anual | 18 | 18 | R\$ 21,65 | R\$ 389,70 |
| 6 | Luva de segurança confeccionada em raspa indicada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, com tira de reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador, reforço interno na palma e face palmar dos dedos. | PAR | Semestral | 6 | 12 | R\$ 13,96 | R\$ 167,52 |
| 7 | Luva de borracha nitrílica, Luva de borracha nitrílica indicada para proteção das mãos e antebraços contra produtos químicos, punho reto com 33cm, com forro de algodão, com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Tamanhos P, M, G e GG. | PAR | Trimestral | 30 | 120 | R\$ 14,05 | R\$ 1.686,00 |

| | | | | | | | |
|----|--|-----|------------|----|----|-----------|------------|
| 8 | Luva de segurança para coleta de lixo confeccionada em fibras naturais e punho de malha costurado, totalmente revestida em policloreto de vinila (PVC) liso na face palmar, ponta dos dedos e dorso. Indicada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. | PAR | Trimestral | 12 | 48 | R\$ 5,66 | R\$ 271,68 |
| 9 | Óculos de ampla visão para proteção contra respingos de produtos químicos | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 16,63 | R\$ 99,78 |
| 10 | Óculos de segurança com lentes de policarbonato de alta transparência; anti-risco; anti-embaçante; hastes com sistema de regulagem de ângulo e comprimento; hastes com extremidades flexíveis, possuindo Certificado de Aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego. | UND | Anual | 12 | 12 | R\$ 16,42 | R\$ 197,04 |
| 11 | Óculos de proteção para sobrepor. Possui lente de proteção em policarbonato com tratamento anti-risco, antiembaçante, protetor nasal injetados do mesmo material e haste vazada tipo espátula. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Aplicação: Utilização com sobreposição, para proteção de usuário que utiliza de óculos de grau. | UND | Anual | 12 | 12 | R\$ 16,53 | R\$ 198,36 |
| 12 | Creme protetor solar com formulação resistente em forma de loção cremosa, testada dermatologicamente para proteção da pele em pelo menos 30 vezes mais do que se não tivesse sido aplicado (FPS 30), contra queimaduras ocasionadas pela exposição às radiações UVA/UVB, provenientes do sol e equipamentos. frasco 120ml | UND | Semestral | 6 | 12 | R\$ 31,57 | R\$ 378,84 |
| 13 | Protetor auditivo do tipo inserção, confeccionado em silicone, pré-moldado, no formato cônico com três flanges concêntrico, de diâmetro variáveis, contendo um orifício em seu interior. Atenuação: 18 dB. Tamanho único com cordão e caixa plástica. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Marca de referência: 3M. | UND | Trimestral | 3 | 12 | R\$ 2,82 | R\$ 33,84 |

| | | | | | | | |
|----|---|---------------|------------|---|---|------------|--------------|
| 14 | Avental de proteção em PVC. Com forro em poliéster no lado interno do avental. Com tiras do mesmo material. Modelo frontal. Ergonômico. Contra riscos de umidade no manuseio de água e respingos de produtos químicos. Possuindo Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 13,81 | R\$ 55,24 |
| 15 | Respirador semifacial descartável, classe PFF1, sem válvula de exalação, cor externa azul, modelo dobrável. Confeccionado em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático e camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial e tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unid. | EMBALA GEM | Trimestral | 1 | 4 | R\$ 2,55 | R\$ 10,20 |
| 16 | Máscara respiratória 6200 Semi-facial + filtro de proteção para vedação junto ao rosto, evitando que os poluentes possam chegar até as vias respiratórias. O filtro da máscara da possui controle de entrada de oxigênio melhorado. Dessa forma, só o ar respirável e saudável entra para o usuário. - Para poeiras, fumos, névoas, gases e vapores - Proteção das vias respiratórias do usuário para uso com filtros mecânicos, químicos e combinados | UND | Anual | 4 | 4 | R\$ 416,75 | R\$ 1.667,00 |

| | | | | | | | |
|----|--|------|-------|---|---|-----------|------------|
| 17 | Protetor auditivo tipo concha. Protetor auditivo circum-auricular tipo concha; possui espuma na parte superior da haste; pressão da haste ajustável; altura da concha ajustável; nível de redução de ruído Nrr igual ou superior a 21 dBA. Certificado de aprovação – CA do Ministério do Trabalho e Emprego | UND | Anual | 1 | 1 | R\$ 34,22 | R\$ 34,22 |
| 18 | Placa de sinalização de segurança produzidas em polipropileno injetado de alta resistência, dobrável, na cor amarela, dimensões mínimas 69cmX30cm, com informação para advertência de atenção sobre “CUIDADO – PISO MOLHADO” para uso em áreas internas ou externas. | UND | Anual | 2 | 2 | R\$ 70,63 | R\$ 141,26 |
| 19 | Cone de sinalização de segurança em PVC, 75 cm de altura, cor laranja com faixa refletiva. | UND | Anual | 6 | 6 | R\$ 60,80 | R\$ 364,80 |
| 20 | Fita zebreada usada para demarcação de áreas, amarelo-preto, rolo 200 metros, 7CM DE LARGURA | ROLO | Anual | 6 | 6 | R\$ 12,12 | R\$ 72,72 |

| | |
|---------------------------------|------------------|
| VALOR TOTAL ANUAL = | R\$6.702,84 |
| VALOR MENSAL = | R\$558,57 |
| VALOR MENSAL POR POSTO = | R\$ 46,55 |

PLANILHA DE UNIFORME

| LISTA DE UNIFORMES | | | | | | | |
|--------------------|--|------|-----------|-----------------|------------------|------------------|-------------------|
| Nº | ITEM | UNID | PERÍODO | QTD POR PERÍODO | QTD POR 12 MESES | PREÇO UNIT MÉDIO | PREÇO TOTAL ANUAL |
| 1 | CALÇA, MATERIAL POLIÉSTER, MODELO SOCIAL, TIPO BOLSO LATERAL E TRASEIRO, TAMANHO 38 A 58, COR PRETA, QUANTIDADE PREGAS 2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PREGA | UND | SEMESTRAL | 26 | 52 | R\$ 81,00 | R\$ 4.212,00 |
| 2 | CAMISETA MANGA CURTA, COR A DEFINIR. Camiseta, tipo tecido malha algodão, tipo manga curta, tipo gola redonda, cor a definir, tipo costura simples, características adicionais contendo a logomarca da empresa. Tamanhos P, M, G e GG. | PAR | SEMESTRAL | 26 | 52 | R\$ 56,76 | R\$ 2.951,52 |
| 3 | Calçados fechados na cor preta, solado baixo, com palmilha antibacteriana. | PAR | SEMESTRAL | 26 | 52 | R\$ 56,67 | R\$ 2.946,84 |
| 4 | MEIA CANO MÉDIO (ALTURA DE 6 A 10 CM), MASCULINA, LISA, COMPOSIÇÃO EM ALGODÃO, POLIAMIDA E ELASTANO. CALÇA DO TAMANHO 36 AO 44, PUNHO ELÁSTICO, COR: BRANCA | PAR | SEMESTRAL | 26 | 52 | R\$ 23,00 | R\$ 1.196,00 |
| 5 | CRACHÁ EM PVC, tamanho 8,5 x 5,4mm, contendo pelo menos foto, nome, tipo sanguíneo, função do empregado e a identificação da empresa. Itens inclusos: cordão em poliéster e prendedor tipo jacaré. | UND | SEMESTRAL | 13 | 26 | R\$ 17,25 | R\$ 448,50 |
| 6 | Luvras de borracha (PAR) | PAR | SEMESTRAL | 26 | 52 | R\$ 7,22 | R\$ 375,44 |
| 7 | Botas de polimérico termoplástico impermeável com forro, emborrachado, solado antiderrapante (PAR) | PAR | SEMESTRAL | 26 | 52 | R\$ 55,70 | R\$ 2.896,40 |

| | |
|---------------------------------|------------------|
| VALOR TOTAL ANUAL = | R\$15.026,70 |
| VALOR MENSAL = | R\$1.252,23 |
| VALOR MENSAL POR POSTO = | R\$ 96,33 |

Anexo III - CCT RN00083-2024 - SINDILIMP.pdf

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RN000083/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/03/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR010467/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.223455/2024-19
DATA DO PROTOCOLO: 04/03/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA PUBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN, CNPJ n. 40.756.462/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDMILSON PEREIRA DE ASSIS;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVACAO, HIGIENIZACAO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-SINDLIMP, CNPJ n. 24.192.916/0001-59, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) de **asseio, conservação, higienização, limpeza; trabalhadores em empresa de Asseio e Conservação e Higiene; Prestação de serviços a terceiros de Limpeza e Conservação Ambiental; Limpeza de Fachadas; Dedetização; Lavagem de carpetes, Jardinagem e Paisagismo**, com abrangência territorial em RN.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL FUNCIONAL**

A partir de 1º de janeiro de 2024, ficam assegurados aos trabalhadores os seguintes Pisos Salariais:

GRUPO I – para os que exercem SERVIÇOS BÁSICOS, compreendendo as funções de AGENTE DE LIMPEZA, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, ZELADORES, SERVENTES, AGENTE DE LIMPEZA DE ÁREAS VERDES (AMBIENTAL), AGENTE DE LIMPEZA HOSPITALAR, LAVADOR DE CARRO, SERVENTE DE LIMPEZA, OPERADOR DE ILUMINAÇÃO, AUXILIAR DE JARDINAGEM, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO EM GERAL, SERVENTE DE HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR, AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO PREDIAL, MAQUEIRO, CUMIM, AUXILIAR DE COZINHA, BILHETEIRO (vendedor de passagens), AUXILIAR DE PEDREIRO, VENDEDOR, MENSAGEIRO, CARREGADOR, AUXILIAR DE LAVANDERIA, ROUPEIRO, LEITURISTA, AUXILIAR DE LIMPEZA, AUXILIAR DE INDÚSTRIA, AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 1.470,16 (um mil quatrocentos e setenta reais e dezesseis centavos).

GRUPO II – GRUPO ESPECIAL E INSALUBRE-PERICULOSIDADE para os que exercem as funções de AGENTE DE LIMPEZA HOSPITALAR, AGENTE DE LIMPEZA INDUSTRIAL, AGENTE DE LIMPEZA DE DESINFECÇÃO, DETETIZADOR, PASSADOR OU PASSADEIRA, AJUDANTE DE ROTA, AUXILIAR DE ELETRICIDADE, MERENDEIRO(A), DESPENSEIRO, LAVANDEIRO(A), OPERADOR

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

DEMONITORAMENTO, AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO E DESPOLUIÇÃO DE LAGOAS E FUNÇÕES CONGÊNERES fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 1.495,64 (Hum mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

GRUPO III – para os que exercem SERVIÇOS AUXILIARES, compreendendo as funções de ENCARGADOS DE TURMA, ASCENSORISTAS, CONTÍNUOS, COPEIRO(A), ARMAZENISTA, CALCETEIRO, PORTEIROS DESARMADOS, AGENTE TÁTICO MÓVEL - ATM, JARDINEIROS, OPERADORES DE MÁQUINAS COPIADORAS, AUXILIAR OPERACIONAL DE PLATAFORMA, AUXILIAR DE GESTÃO, CAPTADOR, PROMOTOR DE VENDAS, DEMONSTRADOR, REPOSITOR, AUXILIAR ARQUIVISTA, GUARDIÃO DE PISCINA, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO, AUXILIAR DE LABORATÓRIO, OPERACIONAL, MECÂNICO DE MANUTENÇÃO, RECEPCIONISTAS, GARÇOM, AMAREIRO(A), OPERADOR DE MÁQUINAS, CONTROLADOR DE ACESSO, INSPETOR DE GUARDA FLORESTAL E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 1.683,33 (hum mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

GRUPO IV – para os que exercem SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, compreendendo as funções de ADMINISTRADORES, AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, ALMOXARIFES, ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIADO, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL, AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, BOMBEIRO HIDRÁULICO, COZINHEIRO, CARPinteiro, PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, ASSISTENTE DE GESTÃO, TÁRME (TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAMENTAÇÃO MÉDICA), OPERADOR DE RÁDIO, ENCARGADO OPERACIONAL, RECEPCIONISTA BILÍNGUE, MOTORISTAS, TRATORISTA, MOTORISTA DE CAMINHÃO, MONTADOR DE ANDAIME, OPERADORES DE TELEX, TELEFONISTAS, RESPONSÁVEL DE REPAROS DE ROUPARIA, SUPERVISORES, TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO, TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO I, ATENDENTE COMERCIAL, TÉCNICO ELETROTÉCNICO, ELETRÔNICO E CONTÁBIL, CLASSIFICADOR DE MATERIAIS, SUPRIDOR DE MATERIAIS, ORIENTADOR TURÍSTICO, SOLDADOR E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 2.184,27 (dois mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

GRUPO V – ESPECIAL I, para os que exercem SERVIÇOS DE OPERADOR DE FROTA, INTERPRETE E TRADUTOR DE LIBRAS E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso salarial de R\$ 2.772,92 (dois mil setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

GRUPO VI - ESPECIAL II, para os que exercem SERVIÇOS DE ELETROTÉCNICO (PERICULOSIDADE), TÉCNICO EM SECRETARIADO NÍVEL SUPERIOR, ARQUIVISTA E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 3.916,17 (três mil novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos).

Parágrafo Primeiro: Aos empregados que já recebem salários superiores aos estabelecidos nos Grupos de funções prevista neste caput, terão seus salários, reajustado em 8% (oito por cento).

Parágrafo Segundo: Havendo mudança na atual política salarial, através de Lei ou Medida Provisória, será aplicada aos integrantes da categoria profissional, a norma mais benéfica e a condição mais favorável.

Parágrafo Terceiro: As Funções não específicas das Atividades de Asseio, Conservação, Higienização e Limpeza, citadas neste Caput, deverão obedecer a preponderância do contrato de prestação de serviços.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em 1º de janeiro de 2024, os salários dos integrantes da categoria profissional dos empregados em empresas de asseio, conservação, higienização e limpeza; trabalhadores em empresas de Asseio e Conservação; Higiene; Prestação de Serviços a terceiros de Limpeza e Conservação Ambiental; Limpeza de Fachadas; Dedetização; Lavagem de Carpetes; limpeza hospitalar e industrial, abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive os que integram estas categorias por atividades congêneres, na base territorial do Rio Grande do Norte, serão reajustados da seguinte forma: O salário do Grupo I passará de R\$ 1.470,16 (hum mil quatrocentos e setenta reais e dezessete centavos); o Grupo II passará R\$ 1.495,64 (Hum mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos); o Grupo III R\$ 1.683,33 (hum mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos); o Grupo IV passará R\$ 2.184,27 (dois mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos); o Grupo V passará a R\$ 2.772,92 (dois mil setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos); O Grupo VI passará a R\$ 3.916,17 (três mil novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos).

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Parágrafo Primeiro: O índice a ser utilizado para reajustar as cláusulas econômicas na vigência do ano de 2024 e vale alimentação, será o percentual de 8% (oito por cento).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

Os empregadores se obrigam a efetuar o pagamento dos salários de todos os seus empregados, até o quinto dia útil do mês subsequente, conforme legislação em vigor. Em ocasionando que o quinto dia útil domês subsequente ocorra em sábados, domingos ou feriados, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte.

Parágrafo primeiro - Havendo paralisação ocasionada por atraso de pagamento de salário ou Vale Alimentação, os respectivos dias parados não serão descontados.

Parágrafo segundo: No caso de atraso do pagamento de salários as empresas deverão justificar 24 horas antes do feito, sob pena de aplicação de multa convencional

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Fica estabelecido entre as partes que as empresas ficam obrigadas a disponibilizar em até 24 (vinte e quatro horas antes) antes do pagamento, os contracheques compondo todas as verbas discriminadas via sistema eletrônico ou impresso.

Parágrafo Único: Na falta de assinatura dos contracheques pelo funcionário, a empresa poderá apresentar os comprovantes de pagamento bancário, para fins de comprovação em uma possível fiscalização.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS EM CONTRACHEQUES

As empresas obrigam-se, a partir desta data, a proceder aos descontos em folha de pagamento, desde que haja autorização prévia e expressa do empregado, das compras feitas por associados do Sindlimp/RN, em farmácias ou estabelecimentos comerciais conveniados com este sindicato.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

O décimo terceiro salário será pago em duas parcelas, sendo a primeira entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, e a segunda até o dia 20 de dezembro, do ano corrente ou em parcela única, no dia 20 de dezembro, do ano em curso.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA NONA - TRABALHO EMBARCADO

Os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, que prestam serviços de limpeza, conservação, higienização e limpeza, em empresas de exploração, perfuração, produção, refinação e transporte de petróleo e seus derivados, terão ainda os seguintes benefícios: Periculosidade de 30% (trinta

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

por cento); Sobreaviso de 20% (vinte por cento) e Hora de Repouso e Alimentação (HRA) de 15%(quinze por cento), calculado sobre o salário base.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL HORA EXTRA

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal. Quando exceder o limite legal previsto na legislação trabalhista, ou seja, da terceira hora suplementar em diante, o adicional será de 120% (cento e vinte por cento) do valor da hora normal.

Parágrafo único: Todo trabalho executado extraordinariamente aos domingos e feriados civis e religiosos, será acrescido com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho executado em horário noturno, entre às 22:00 e 05:00 horas, será pago acrescido do adicional de 25%(vinte e cinco por cento) sobre a hora normal de trabalho.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL INSALUBRIDADE

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais (PISO I) que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação de forma permanente e efetiva.

Parágrafo Primeiro: Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha no mínimo 05 (cinco) vasos sanitários por banheiro.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores que efetuam serviço de limpeza em banheiros que possuam quantidade inferior a 5 (cinco) vasos sanitários por banheiro também farão jus ao adicional de insalubridade de 40%, quando esse benefício for constatado em laudo pericial a cargo do perito do Ministério do Trabalho, facultando as partes a indicação de assistente técnico.

Parágrafo Terceiro: Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas reguladoras e na sua ausência será constatado mediante laudo pericial.

Parágrafo Quarto: Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

Parágrafo Quinto: Os funcionários que exerçam a função em banheiros públicos e de grande circulação, serão identificados de forma diferenciada.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O adicional de periculosidade, quando não definidos por lei, será pago por constatação em laudo pericial a cargo do perito do Ministério do Trabalho, facultado às partes a indicação de assistente, independente de quem haja requerido a perícia.

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Parágrafo único: Fica estabelecido um adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) para o motorista de caminhão munck; montador de andaime, orientador turístico, motorista-socorrista e o eletrotécnico.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE ALIMENTAÇÃO

A fim de suprir partes das necessidades nutricionais de seus trabalhadores, as empresas, a partir de 1º de janeiro de 2023, obedecerá a Lei nº 6.321/76, que criou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), fornecendo aos seus empregados, um vale alimentação, no valor total de R\$ 227,05 (duzentos e vinte e sete reais e cinco centavos) mensal, com contrapartida de até 20% (vinte por cento), devendo ser pago até o 15º dia do mês.

Parágrafo Primeiro: Terão direito a receber o vale alimentação, os empregados enquadrados no Grupo I – Serviços básicos, e todos os Encarregados de Turma, Merendeiras e Jardineiros, que estão exercendo efetivamente a atividade.

Parágrafo Segundo: Fica facultado as empresas do pagamento do auxílio alimentação ora instituído em: Ticket Alimentação e/ou Ticket Refeição, exclusivamente em vales ou cartão magnético, em pecúnia ou ainda, cesta básica contendo os seguintes itens: 7 kg de arroz; 7kg açúcar; 7kg feijões; 10 pacotes de flocões de milho; 4 pacotes de macarrões; 1kg de sal; 1kg de farinha de mandioca; 1 pacote de biscoito do tipo cream craker; 2 óleos 900ml; 1 frasco de tempero completo; 2 pacotes café 250g; 1 tablete de doce; 1rapadura e 1 pacote de colorau.

Parágrafo Terceiro: A modalidade de vale alimentação da forma de cesta básica fica condicionada a não revogação do Decreto Nº 10.854/21 até 28 de fevereiro de 2023. Caso seja revogado, o vale alimentação deverá ser concedido em Ticket Alimentação, exclusivamente em vales ou cartão magnético ou ainda em pecúnia.

Parágrafo Quarto: Em caso de descumprimento da cesta básica da modalidade acima descrita, na falta de itens obrigatórios ensejará multa correspondente a 20 (vinte) salário mínimos vigentes.

Parágrafo Quinto: O auxílio alimentação em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não computando-se nas férias, décimo terceiro salário, horas-extras, gratificações, adicionais entre outros prêmios/verbas pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE GRATUITO

Sempre que a atividade do empregado se desenvolver em locais onde não circulem transportes coletivos, ou quando for concluída ou cessada a circulação dos mesmos, o empregador colocará à sua disposição meio eficaz de locomoção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE-TRANSPORTE/AUXÍLIO TRANSPORTE

Os empregadores obrigam-se a fornecer a quantia mínima de 52 (cinquenta e dois) vales-transportes paratodos os trabalhadores e para os demais, que comprovadamente necessitem de maior quantia, será aplicado a legislação em vigor, podendo descontar dos empregados o valor gasto, até o limite de 6% (seis por cento) do valor do salário-base.

Parágrafo Primeiro: Os empregadores obrigam-se a fornecer a quantidade necessária de vales transportesaos trabalhadores que morem nas cidades de Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz e Ceará Mirim, com a distribuição dos respectivos vales no mesmo período citado no caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: No ato da contratação do empregado, a empresa se obriga a fornecer o formulário de solicitação do vale transporte, recolhendo-o, no prazo de 48 horas, devidamente preenchido, ainda que com

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

a negativa do trabalhador da necessidade de uso desse benefício acompanhado da sua justificativa, devendo obrigatoriamente manter em seus arquivos todos os formulários de empregados e ex empregados.

Parágrafo Terceiro: As Empresas fornecerão os vales-transportes aos empregados ou então o dinheiro a este correspondente, tendo em vista as dificuldades com a sua compra comprovada pelos sindicatos, inclusive a ocorrência de roubos e assaltos, sendo que o pagamento em espécie será tido como reembolso parte das despesas, decorrentes de deslocamento do empregado para a execução do serviço contratado, conforme previsto em lei, não caracterizando salário in natura e nem integrando o salário sob nenhuma hipótese, enquadrando-se no previsto no § 2º do art. 457 da CLT.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO SAÚDE

Nos Termos previstos no Inciso IV do § 2.º, e § 5.º, do Art. 458 da CLT e da alínea “q”, do § 9.º do art. 28 da Lei 8.212/1991, as empresas, representadas pelo SEAC/RN nesta CCT, concederão aos seus empregados, aqueles estritamente representados pelo SINDLIMP/RN nesta CCT, e alcançados exclusivamente pelo presente instrumento coletivo de trabalho, o valor, fixo, mensal e por cada empregado, de R\$ 128,35 (cento e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), para fins de concessão de assistência prestada por serviço médico ambulatorial (Auxílio-Saúde) e gerenciada por uma empresa definida como GESTORA.

Parágrafo Primeiro – Fica a cargo do SINDLIMP/RN a contratação direta da empresa GESTORA do auxílio-saúde, empresa esta que ficará responsável pela gestão deste auxílio, podendo ser, a critério exclusivo da GESTORA, plano de saúde regularmente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) concedido aos empregados e, às empresas do ramo de atividade econômica representadas pelo SEAC/RN nesta CCT, ficam obrigadas a repassar ao SINDLIMP/RN ou à empresa GESTORA ou ainda diretamente à administradora de benefícios regularmente inscrita na ANS indicada pela GESTORA para contratação de planos de saúde que atendam à esta cláusula, o valor global, que lhe cabe, do Auxílio-Saúde, ora ajustado

Parágrafo Segundo – Cada empresa deverá repassar, nos termos estabelecidos no parágrafo primeiro, os valores que lhe cabem até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços médicos; que, em caso de inadimplência, deverá responder diretamente pelo passivo que lhe corresponde, não sendo esta responsabilidade, solidária ou subsidiária, estendidas as demais empresas e tampouco aos sindicatos convenientes.

Parágrafo Terceiro – As empresas que estejam com contratos de prestação de serviço vigentes que não conseguem incluir ou repassar, ao tomador de serviços (repactuação contratual) os custos da implementação do auxílio-saúde, ficam desobrigadas da implementação do referido auxílio-saúde, mediante a comprovação de provocação ao tomador de serviço, em conceder o benefício perante o SINDLIMP/RN. As empresas que já possuam contratos vigentes com outras operadoras de planos de saúde e que já pagam a totalidade do valor de um plano ambulatorial hospitalar com obstetrícia e odontologia para o trabalhador poderão optar por cumprir a sua vigência contratual por até mais 1 (um) ano a partir do registro desta convenção e posteriormente migrar para o formato descrito nesta cláusula.

Parágrafo Quarto - Não fará jus ao cumprimento desta cláusula as contratações diretas de outras empresas gestoras ou outras operadoras de planos de saúde que não sejam através da administradora conveniada pela GESTORA.

Parágrafo Quinto - A Concessão deste benefício tem a mesma vigência da presente CCT e, durante sua vigência, concedido a cada empregado em razão da permanência do seu vínculo empregatício com a empresa prestadora de serviços.

Parágrafo Sexto - Em caso de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, as empresas manterão o pagamento do benefício do auxílio saúde pelo período de 30 (trinta) dias. Após este período, é obrigatória a comunicação à empresa do gerenciadora do auxílio-saúde e/ou à empresa administradora de benefícios de planos de saúde, indicando a data de início da suspensão ou interrupção do contrato de trabalho.

Parágrafo Sétimo - O pagamento do benefício do auxílio saúde não será interrompido em caso de licença maternidade, limitando-se ao prazo de 120 dias de licença.

Parágrafo Oitavo - O empregado filiado ao SINDLIMP/RN poderá incluir seus dependentes no plano de saúde regularmente registrado na ANS, ficando a obrigação do pagamento das despesas com seus

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

dependentes (são eles: I - cônjuge ou companheiro em união estável, na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge; II – os filhos, os enteados e os tutelados, que ficam equiparados aos filhos, menores de 24 anos) a cargo do próprio empregado que será descontado mediante autorização escrita do empregado titular à empresa.

Parágrafo Nono – As empresas representadas não respondem, quer de forma solidária ou subsidiária, por qualquer falha na prestação dos serviços;

Parágrafo Décimo - O sindicato patronal e laboral, as empresas e a gestora não respondem quer de forma solidária ou subsidiária, pelo inadimplemento para com as empresas contratadas.

Parágrafo Décimo Primeiro - As obrigações das empresas se limitam às obrigações estabelecidas na presente norma coletiva.

Parágrafo Décimo Segundo – A partir da data-base da Convenção Coletiva de 2024, o valor, fixo, mensal e por cada empregado, de R\$ 128,35 (cento e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), para fins de concessão de assistência prestada por serviço médico (Auxílio Saúde) será reajustado de acordo com o índice INPC.

Parágrafo Décimo Terceiro - As infringências ou controvérsias resultantes da aplicação desta cláusula e seus parágrafos deverão ser dirimidas por meio de negociação coletiva de trabalho entre as partes convenientes que poderá contar, se necessário, com mediação da SRTba/RN. Caso a empresa tida como infratora da referida cláusula se negue à negociação ou resulte por infrutífera a negociação, facultar-se ao sindicato obreiro a adoção das medidas legais que entenda cabível para a resolução da questão.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA

Os empregadores ficam obrigados a fazer por sua conta exclusiva, seguro de vida e de invalidez permanente para todos os seus empregados, devendo o valor do seguro para o caso de morte ser correspondente a no mínimo 20 (vinte) vezes a remuneração do empregado, verificada no mês anterior ao evento e a 02 (duas) vezes esse valor para o caso de invalidez permanente, total ou parcial por acidente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Sindicais prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e/ou empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização especializada e aprovada pelas Entidades Sindicais Convenientes, benefícios sociais, conforme definido no Manual de Procedimentos Operacionais.

Parágrafo Primeiro: Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresso consentimento da ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL, as empresas, compulsoriamente, a título de contribuição social, recolherão até o dia 10 (dez) de cada mês e a partir de 01/01/2024, o valor total de R\$ 15,00 (quinze reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocialsindical.com.br.

Parágrafo Segundo: Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Terceiro: Na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador, o empregador deverá comunicar formalmente a gestora através do seu site, no prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias a contar do fato gerador, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador prejudicado, como se inadimplente estivesse, pelo site www.beneficiosocialsindical.com.br.

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Parágrafo Quarto: O empregador que estiver inadimplente com o recolhimento desta contribuição ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios, e, em caso de serviços que sejam prestados diretamente às empresas, estes serão suspensos até a regularização dessa contribuição. Na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores, estes não perderão direito aos benefícios, e o empregador deverá indenizar o trabalhador ou seus familiares, a título de multa, o dobro do valor dos benefícios, e reembolsará a gestora o valor total dos benefícios a serem prestados.

Parágrafo Quinto: Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos devido a fatos novos constantes nesta CCT e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Sexto: Estará disponível no site da gestora, a cada pagamento mensal, o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Sindical, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores quando solicitado.

Parágrafo Sétimo: O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Oitavo: O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia do prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

Sendo escrito o contrato, fica o empregador obrigado a fornecer cópia do mesmo, sob pena de não prevalecer contra o empregado às cláusulas que lhes for desfavorável, e em qualquer caso, haverá a entrega do termo de opção do FGTS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Os empregadores obrigam-se a efetuar o pagamento das verbas rescisórias, dentro do prazo legal, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) ao mês, após o trigésimo dia, sobre o valor da rescisão, ficando 5% (cinco por cento) em favor do sindicato da categoria profissional e cinco por cento em favor do empregado, além da multa de salário prevista em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

No ato da rescisão contratual as empresas fornecerão Carta de Apresentação a todos os empregados que tenham, no mínimo, 01 (um) ano de vínculo empregatício.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contrato de trabalho com lapso temporal superior a 01 (um ano) de tempo de serviço do empregado serão sempre homologadas no sindicato laboral conveniente, para que as mesmas possam ter validade.

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Parágrafo Primeiro: No ato da homologação a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- Carta de Preposto
- Comprovante de Aviso Prévio
- Pedido de Demissão, se for o caso
- Carteira Profissional Atualizada
- Termo de Rescisão de Contrato em 04 (quatro vias)
- Exame Médico Demissional (original e cópia)
- Perfil Profissional Previdenciário (P.P.P.)
- Extrato de FGTS atualizado
- Demonstrativo do trabalhador de recolhimento FGTS rescisório
- Recibo do GRRF
- Guia do Seguro Desemprego
- Chave da Conectividade Social

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

As empresas obrigam-se, em caso de dispensa por justa causa, a fornecer por escrito ao empregado, a causa e o enquadramento da falta grave cometida, sob pena de não poder alegá-la posteriormente e em Juízo.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO APRENDIZ

As empresas, respeitadas as restrições profissionais, os aspectos de segurança e integridade do trabalhador e as disponibilidades do mercado de trabalho, devem cumprir a lei e realizar a contratação de jovem aprendiz.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Dada as possibilidades adicionais a Consolidação das Leis do Trabalho, notadamente no seu art. 611-A, fortalecendo e privilegiando os instrumentos normativos resultantes de negociações coletivas, os Sindicatos convenientes resolvem, observando as especificidades do setor, fixar bases para o cumprimento da lei que regula a contratação do Jovem Aprendiz, no parágrafo seguinte;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considerando a obrigação legal da reserva de cargo de jovem aprendiz, previsto no art. 429 da CLT, bem como imposições contratuais contidas nos art. 92, inciso XVII e art. 116 da Lei Federal 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES), as empresas deverão obrigatoriamente:

- 1 - Incluir nos seus orçamentos e planilhas de custo o valor mensal mínimo de R\$ 93,67 (noventa e três reais e sessenta e sete centavos) o qual será multiplicado pela quantidade de empregados previstas no orçamento/contrato;
- 2 - Serão objeto de revisão os contratos firmados, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto nessa cláusula;
- 3 - Caso a empresa não inclua em seus novos orçamentos o quanto previsto no item 1, do parágrafo quarto, desta cláusula, o contratante fica autorizado a desclassificar sua proposta de preços por descumprimento de norma coletiva, e eventual contratação será considerada irregular autorizando os sindicatos a informara os órgãos competentes para fiscalização da contratada e tomador dos serviços, para cumprimento da legislação.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DO TRINTÍDIO

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional, se der nos trinta dias que antecedem a data-base da categoria, a empresa ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional previsto pelas Lei 6.708/79 e a Lei n 7.238/84, desde que o encerramento do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador dos serviços, mediante devida comunicação ao sindicato patronal e laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO ESPECIAL POR PRAZO DETERMINADO

Os empregadores poderão contratar empregados por prazo determinado, na forma da Lei 9.061/98 e do Decreto n.º 2.490/98 e nos termos das condições aqui pactuadas. Esta disposição somente contempla os empregadores associados do SEAC/RN.

Parágrafo Primeiro – RESCISÃO ANTECIPADA:

Na hipótese da rescisão antecipada do contrato de trabalho por prazo determinado, firmado com base na Lei 9.061/98, a parte que lhe der causa, indenizará a outra com o valor correspondente a um mês de salário vigente à época da rescisão.

Parágrafo Segundo – MULTAS:

O descumprimento de quaisquer das disposições referente a Cláusula Vigésima Primeira, bem como, da Lei 9.601/98 importará ao infrator multa de 2% (dois por cento) do piso salarial da categoria, por empregado irregular, que se reverterá em favor do Sindicato da Categoria Profissional, para fins de assistência jurídica e sociais dos associados.

Parágrafo Terceiro – DEPÓSITOS VINCULADOS:

Os empregadores ficam obrigados a efetuar um depósito mensal, na CEF ou Banco do Brasil, em nome decada empregado temporário, sem prejuízo do estabelecido no Art. 2º, da Lei 9.601/98, nos termos do artigo 4º do Decreto 2.490/98, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário base, com periodicidade de saques trimestrais.

Parágrafo Quarto – FISCALIZAÇÃO SINDICAL:

Os empregadores se obrigam a cumprir todas as disposições de que trata o Decreto 2.490/98 e esta Convenção, facultando ao Sindicato Laboral solicitar a comprovação destas providências.

Parágrafo Quinto – ACORDOS COLETIVOS:

Fica ainda o sindicato laboral autorizado a celebrar acordo coletivo com empresas de locação de mão de obra, para admissão de empregados por prazo determinado, respeitados os dispositivos da Lei 9.601/98 e do Decreto 2.490/98 de 04/02/98.

Parágrafo Sexto – AUTORIZAÇÃO SINDICAL:

A validade de contratação por prazo determinado, na forma da cláusula supra citada, fica condicionada a uma autorização conjunta do SEAC e SINDLIMP/RN, específica para cada empregador interessado, devendo fazer parte da documentação de que trata o parágrafo primeiro, do artigo 7º do pre citado Decreto, sob pena de nulidade.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MARKETING – PQM**

A partir de 01 de janeiro de 2024 as empresas ficam obrigadas a efetuarem o recolhimento mensal, ao Sindicato Profissional a importância equivalente a R\$ 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos) por empregado, importância esta suportada exclusivamente pelas empresas e que será destinada à manutenção do Programa de Qualificação Profissional e Marketing (PQM) administrado pelo Sindicato Profissional e pelo Sindicato Patronal da forma abaixo descrita.

Parágrafo Primeiro: PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - O Sindicato Profissional em parceria com o Sindicato Patronal manterá e divulgará uma programação permanente de Qualificação Profissional dos empregados do segmento asseio conservação, higienização e limpeza, promovendo cursos, palestras, seminários e outros eventos que visem intensificar a qualificação e requalificação dos trabalhadores.

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Parágrafo Segundo: PROGRAMA DE MARKENTIG - O Sindicato Profissional juntamente com o Sindicato Patronal dentro do período de vigência desta Cláusula promoverão atos de divulgação do segmento nos mais diversos veículos de comunicação visando a conscientização e orientação dos empresários do segmento e dos tomadores dos serviços de asseio conservação, higienização e limpeza tanto do setor privado como da rede pública, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, sobre as peculiaridades do segmento, vantagens e cautelas da prática administrativa por intermédio da terceirização.

Parágrafo Terceiro: O valor devido (tomando-se por base o número de empregados da empresa conforme CAGED por CNPJ) será recolhido até o dia 15 de cada mês, cabendo ao Sindicato Profissional o encaminhamento de boleto bancário, indicado o banco, agência e conta à recepção do depósito e cabendo às empresas encaminhar cópias dos boletos pagos, acompanhado pelo CAGED.

Parágrafo Quarto: A omissão da empresa quanto a inclusão do nome de qualquer empregado na Relação de Empregados referida no parágrafo anterior, ensejará a aplicação de multa mensal à empresa em valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do benefício previsto no caput desta cláusula, por rata die, limitada ao principal, por empregado omitido.

ASSÉDIO MORAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSÉDIO MORAL

Fica vedada a prática de qualquer ato de assédio moral, sob pena de indenização e demais consequências previstas em lei.

ASSÉDIO SEXUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ASSÉDIO SEXUAL

Fica vedada a prática de qualquer ato de assédio sexual, sob pena de indenização e demais consequências previstas em lei.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

Fica vedada a dispensa da mulher gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto, conforme o art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE

Fica assegurada a estabilidade por 12(doze) meses, quando do retorno do trabalhador em virtude de acidente do trabalho, doença de trabalho ou doença profissional.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA AO APOSENTADO

Fica vetada a dispensa do empregado que estiver a pelo menos 36(trinta e seis) meses de aquisição do direito à aposentadoria.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada.

Parágrafo Primeiro. Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada.

Parágrafo Segundo. Caso o empregado não labore durante o processamento do recurso/ação apresentado em face do INSS este deverá declarar perante a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

Parágrafo Terceiro. Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS
CONTROLE DA JORNADA****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE TRABALHO E DO TRABALHO EMBARCADO**

Aplica-se aos trabalhadores alcançados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a escala de 12/36(doze por trinta e seis) horas, e quanto ao trabalho embarcado, observa-se a Lei nº 5.811/72 e as normas estabelecidas entre o contratante e o contratado.

Parágrafo Único: Fica ainda autorizada, nos termos do Art. 6º da CF, a elaboração da escala de 3/3 (três por três) dias, 5/1 (cinco por um) dias, 8/24 (oito por vinte e quatro) horas e 12/24 (doze por vinte e quatro) horas, em turno fixo ou de revezamento, desde que fique assegurado 02 (duas) folgas semanais a título de compensação, e que haja concordância do Sindicato da Categoria Profissional, depois de analisar cada caso especificamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papelleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outros meios eletrônicos, ficando as empresas obrigadas a colher assinatura dos empregados ao final do período de fechamento do ponto no respectivo meio de controle, salvo no caso da utilização de biometria, podendo as empresas dispensar a marcação do intervalo de repouso e alimentação desde que haja pré-anotação do intervalo no cabeçalho do documento onde é registrada a jornada, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro: Fica autorizada, no presente instrumento normativo, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador.

Parágrafo Segundo: O horário que será anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador, devendo ser observado o rigor das anotações especialmente em casos em que não há rendição do posto de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Em face da natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS

As faltas dos empregados, até o limite de 02(dois) dias, no caso de necessidade de consulta médica aos filhos de até 14(quatorze) anos de idade ou inválidos, serão abonadas, mediante apresentação de atestados ou declaração médica, em 48(quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Fica autorizado o abono de falta aos estudantes, decorrente das necessidades de exames vestibulares e supletivos, desde que participe ao empregador com antecedência de 72(setenta e duas) horas e comprove posteriormente, sob pena de respectivo desconto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ATRASO AO SERVIÇO

No caso do empregado chegar atrasado ao serviço e o empregador permitir seu trabalho nesse dia, fica proibido o desconto da importância relativa ao dia, ao repouso semanal remunerado e ao feriado correspondente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO DIREITO AO PIS

É assegurado ao trabalhador o recebimento de abono anual, a ser pago pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, devendo ser feito pelo Banco do Brasil S/A e/ou pela Caixa Econômica Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que não possuam convênio com a Caixa Econômica Federal para recebimento do PIS, terão garantida a liberação de 1 dia de expediente de trabalho para que ele possa receber o benefício, sem qualquer prejuízo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O trabalhador que ficar prejudicado sem receber o PIS por culpa do empregador decorrente de falta de repasse de informações e/ou erro na confecção da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), ficará obrigado a indenizar o empregado na proporção de 01 salário da categoria.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONCESSÃO DAS FÉRIAS

A concessão de férias será participada por escrito ao trabalhador com antecedência mínima de 30(trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

FÉRIAS COLETIVAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - INÍCIO DAS FÉRIAS COLETIVAS

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

O período de férias individuais ou coletivas deverá ter o seu pagamento efetuado no prazo do art. 145 da CLT, observando o disposto no parágrafo 5.º do art. 142 da CLT.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

Os empregadores fornecerão para seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual a que se refere a NR_06 da Portaria 3.214, de 08.06.78 do Ministério do Trabalho, sem custo para os mesmos.

Parágrafo Único - Os Equipamentos de Proteção Individual deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) expedido pelo órgão competente.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

Os empregadores se obrigam a fornecer gratuitamente a todos os seus empregados, uniformes de trabalho para execução da atividade subordinada, que serão entregues em perfeitas condições de uso, que terão natureza individual e serão substituídos quando inadequados ou imprestáveis ao uso no exercício da atividade, devendo ser devolvido o imprestável por ocasião da substituição ou quando houver desligamento da empresa, juntamente com a identidade funcional.

Parágrafo Primeiro. O empregado indenizará, com base no § 1 do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes quando da rescisão contratual.

Parágrafo Segundo. A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências e suspensão.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

Parágrafo Primeiro. O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 24 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo segundo. Para a sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do Profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo terceiro. Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez eu a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo quarto. Fica a empresa autorizada a ampliar o prazo de dispensa da realização do exame demissional pelos prazos definidos na NR 07, itens 7.4.3.5.1 e 7.4.3.5.2.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO

As empresas com mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 01 (um) ou 02 (dois) e/ou as empresas com mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) empregados, enquadradas no grau de risco 03 (três) ou 04 (quatro), todos segundo o quadro I da NR 4 – SESMT, ficam desobrigadas de contratarem médico do trabalho coordenador, nos termos da Portaria nº 8/96 de 08/05/96.

Parágrafo Primeiro – Ficam as empresas obrigadas a fazer os exames nos trabalhadores, de acordo com a Lei vigente.

Parágrafo Segundo - As empresas representadas e associadas ao sindicato patronal que firmam presente Convenção Coletiva de Trabalho ficam autorizadas a adotar qualquer das modalidades previstas pela Portaria nº 17, de 01/08/2007 a utilizar qualquer das hipóteses ali previstas para vincular seus empregados, total ou parcialmente, aos SESMT's dos tomadores de seus serviços, aos SESMT's organizados pelo sindicato patronal ou pelas próprias empresas e/ou SESMT's organizados no mesmo pólo industrial ou comercial em que desenvolvem suas atividades, ou ainda a possibilidade das empresas representadas por este sindicato patronal de utilizar de empresas especializadas em SESMT's de forma terceirizada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO - LTCAT

As empresas acordantes farão o laudo técnico de condições ambientais de trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho conforme o Artigo 58, parágrafo 1º, da Lei 8.213/91 (alterações introduzidas pela Lei nº 9.528, de 10/12/97, DOU de 11/12/97) e, mantendo atualizado, enviando um original ou cópia autenticada do referido laudo para o sindicato laboral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - PPP

As empresas acordantes deverão elaborar e manter atualizado Perfil Profissiográfico Previdenciário abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

de trabalho, cópia autêntica desse documento. "(art. 58, parágrafo 4, Lei 8.213/91)".

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS -PPRA

As empresas acordantes deverão elaborar e manter atualizado conforme a NR-9 da Portaria nº 3.214/78, oPPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais com o objetivo de preservar a saúde e integridade física dos trabalhadores, identificando riscos ambientais existentes no trabalho, enviando um original ou cópia autenticada do referido laudo para o sindicato laboral.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - EMPREGADOS AFASTADOS POR ACIDENTES DE TRABALHO OU AUXILIO DOENÇA

As empresas fornecerão trimestralmente ao Sindlimp a relação contendo os nomes de seus empregados afastados por acidentes de trabalho ou por auxílio-doença, especificando o motivo do afastamento.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - EXAME TOXICOLOGICO

Ficam desobrigados a submeter ao exame toxicológico os motoristas abrangidos por esta convenção.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DO SESMT COLETIVO

Na forma das normas legais atuais, os sindicatos e as empresas poderão formar SESMT coletivo, ou ainda poderão os empregados serem assistidos nos SESMT do contratante. Nos dois últimos casos, com aassistência obrigatória do Sindicato Patronal.

RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - SINDICALIZAÇÃO

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

As empresas descontarão mensalmente dos seus empregados associados do SINDLIMP/RN, desde que os empregados autorizem prévia e expressamente diretamente às empresas, a quantia equivalente a 3% (três por cento) do Piso Salarial da categoria, a título de mensalidade associativa, sendo que o montante descontado deverá ser repassado ao Sindicato profissional até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, ou no dia útil imediatamente anterior ao 10º (décimo) dia após o desconto, de conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, em anexo deverá constar a relação nominal de todos empregados associados por contrato e, que cujo valor foi descontado em favor do sindicato laboral.

Parágrafo Primeiro: FILIAÇÃO E DESFILIAÇÃO – O trabalhador pertencente à categoria do SINDLIMP/RN e abrangido por esta Convenção possui a liberdade de associação nos termos do artigo 8º, inciso V, da Constituição Federal. Depois de filiado, assegura-se o seu direito de desassociar-se, devendo o mesmo sedirigir à sede ou suas delegacias, para requerer a desfiliação.

Parágrafo Segundo: Se torna desnecessário a notificação em 48hrs da cláusula de descumprimento da convenção coletiva incidindo a multa ao final do prazo para o cumprimento desta.

Parágrafo Terceiro: O SINDLIMP/RN encaminhará as empresas documento de autorização de desconto para que a empresa efetue o desconto a título de mensalidade sindical.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - GARANTIAS SINDICAIS

Será permitido o acesso dos dirigentes sindicais ou de seus representantes, às empresas para fiscalizarem o cumprimento desta Convenção.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DELEGADO SINDICAL

O Sindlimp poderá eleger ou indicar delegados para melhor proteção e representação dos associados e da categoria profissional, ficando asseguradas ao trabalhador indicado para exercer a função de delegado sindical, fica estendida a estes, a estabilidade e as prerrogativas do artigo 543 da CLT.

Parágrafo Primeiro: Cada empresa com mais de 50 (cinquenta) empregados terá 01 (um) delegado sindical.

Parágrafo Segundo: Nas empresas com mais de 300 empregados, serão eleitos três delegados sindicais.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - REPRESENTANTE JUNTO A FEDERAÇÃO E CONFEDERAÇÃO

O Representante do Sindlimp Junto a Federação e Confederação e seus suplentes para melhor proteção e representação dos associados e da categoria profissional, ficando asseguradas ao trabalhador eleitos ou indicados para exercer a função, fica estendida a estes, a estabilidade e as prerrogativas do artigo 543 da CLT.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DISPONIBILIDADE REMUNERADA

Fica estabelecido a disponibilidade remunerada de um dirigente sindical por empresa, devendo a entidade sindical profissional indicar o dirigente e solicitar por escrito ao empregador a disponibilidade aqui convencionada.

Parágrafo Único: Entenda-se por remuneração, o que dispõe o art. 457 e seus parágrafos e art. 458, ambos da CLT, além do Enunciado nº 241, da Súmula do TST, compreendendo ainda a integração de horas extras,

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

adicionais noturnos, insalubridade, periculosidade, férias, 13.º salário, e outras vantagens.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas enviarão à entidade sindical profissional a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, valor do salário e valor do recolhimento), até o décimo dia do mês subsequente do recolhimento dessas verbas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Ficam as empresas responsáveis em prestar contas da Contribuição Sindical, no mês de fevereiro ao sindicato patronal e em 30 de maio ao sindicato dos trabalhadores em asseio, conservação, higienização e limpeza urbana, através do comprovante de depósito da Contribuição sindical, juntamente com a relação dos trabalhadores que autorizaram prévia e expressamente tal desconto, constantes no arquivo do SEFIP, contribuições essa devidas aos sindicatos que participem das categorias econômicas ou profissionais conforme art. 578 ss. da CLT.

Parágrafo Primeiro: Convencionam as partes que os descontos da contribuição confederativa mediante autorização dos trabalhadores em assembleia, só serão aceitos após julgamento definitivo dos Tribunais Superiores. Em caso de posição favorável a tal desconto nesta modalidade, serão feitos os descontos dos trabalhadores que ainda não tenham autorizado de forma expressa e individual pelas empresas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS – CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES ASSINATURA DA CCT

CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA ASSINATURA DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA QUE TERÁ REFLEXOS PARA TODA ACATEGORIA E NÃO SOMENTE PARA OS ASSOCIADOS

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos do acordo ou convenção coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerando que o art. 611-B não veda a estipulação e contribuição decorrente de convenção coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN, recolherão junto a Banco que o o SEAC indicar, em favor do (SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN), mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido abaixo:

- Empresas Associadas: R\$ 2.918,98 (dois mil novecentos e dezoito reais e noventa e oito centavos);
- Empresas Não Associadas: R\$ 5.837,97 (cinco mil oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos)

Parágrafo Primeiro: A contribuição Negocial será distribuída da seguinte forma:

- I – 70% para o Sindicato;
- II – 25% para a Federação;
- III – 5% para a Confederação.

Parágrafo Segundo: O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará a incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA ASSISTENCIAL ANUAL

Outorgado pelo Art. 513/CLT e por Assembleia Geral da categoria, considerando as conquistas econômicas e sociais resultantes da negociação ora celebrada pelo sindicato obreiro em favor do coletivo de trabalhadores representado; considerando a necessidade de provisionamento financeiro para repor os custos despendidos com o processo negocial, tais como: (editais, aluguéis de auditórios, transportes, informativos e demais materiais gráficos, mobilizações, viagens, honorários advocatícios, etc.); considerando, ainda, a necessidade de provisionamento financeiro para o sustento da entidade e o consequente financiamento de suas lutas em defesa da categoria representada, as empresas descontarão de todos os integrantes da categoria associados ou não ao sindicato laboral, a título de Taxa Assistencial Negocial, somente na folha de pagamento de março de 2024, o valor correspondente a um dia de trabalho, recolhendo obrigatoriamente o montante em favor do sindicato profissional, até o dia 12 de abril de 2024, na conta do SINDLIMP que possui o seguintes dados: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA: 0035, CONTA CORRENTE: 2275-1 OPERAÇÃO: 003.**

Parágrafo Primeiro: No ato de repasse da contribuição a empresas deverão enviar a relação nominal dos trabalhadores abrangidos por esta convenção.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores não associados ao sindicato que discordarem de tal desconto deve-se manifestar se individualmente por escrito junto ao sindicato até o efetivo desconto.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO - LEGITIMIDADE PROCESSUAL

Fica reconhecida a legitimidade processual das entidades sindicais convenientes, perante a Justiça do Trabalho, para ajuizamento de ações de cumprimento, independente da relação de empregados, autorização ou mandato dos mesmos, em relação a qualquer uma das cláusulas desta Convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DIVERGÊNCIAS

As divergências entre as partes convenientes na aplicação dos dispositivos da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS PARA NEGOCIAÇÃO

Fica convencionado que quaisquer instrumentos coletivos firmados pelo Sindicato Laboral, com quaisquer das empresas do setor abrangido por essa Convenção Coletiva de Trabalho e seus Termos Aditivos, que estabeleceram condições sociais e econômicas divergentes das pré-estabelecidas nesta Convenção Coletiva deverão contar com a participação na negociação e anuência do Sindicato Patronal e Laboral, perante à Comissão de Conciliação Prévia.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - MECANISMOS PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Visando sanar divergências oriundas da aplicação do presente instrumento coletivo, bem como dirimir questões diversas suscitadas no decorrer da vigência deste, as partes, com objetivo de possibilitar o entendimento e a conciliação, poderão realizar trimestralmente reuniões entre representantes das empresas, Sindicato Laboral e Sindicato Patronal.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONVENÇÕES E ADITIVOS

Ficam mantidas todas as cláusulas constantes das Convenções Coletivas e aditivos anteriores que não conflitem com esta Convenção Coletiva de Trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

O descumprimento de qualquer uma das cláusulas desta Convenção ficam fixadas às seguintes penalidades:

A) multa de 10 (dez) Pisos Salariais da categoria por mês, aplicável em dobro, no caso de reincidência, cujo valor será revertido em favor do sindicato.

B) No caso de não recolhimento das mensalidades sindicais e taxa assistencial estabelecida nesta convenção, além da multa do item "a" será acrescido de juros e correção monetária na formado art. 600 da CLT.

Parágrafo primeiro – No caso da hipótese da multa prevista no item "b", caso a empresa apresente justificativa no prazo de 48(quarenta e oito horas), será isenta da aplicação da multa.

Parágrafo segundo - A aplicação da presente multa só será efetivada após notificação contra recibo pelos meios de comunicações oficiais: e-mail, AR, pessoalmente mediante contra recibo, whats APPe outros meios físicos ou digitais existentes, no prazo de 36 (trinta e seis) horas para que aquele exerça o seu direito de defesa."

Parágrafo terceiro: No caso da empresa se encontrar na impossibilidade de cumprir os prazos de pagamento e salário e vale alimentação, deverá com antecedência de até 24(vinte e quatro horas),informar previamente ao sindicato os motivos, sob pena de aplicação da multa.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PAUTA

Obrigam-se as partes convenientes a enviar no prazo de 30(trinta) dias, antes da data-base, a pauta de reivindicações, sob protocolo a fim de que se inicie o processo de negociação.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO DESTA CONVENÇÃO

A prorrogação da presente Convenção, a revisão total ou parcial de seus dispositivos, direitos e deveres dos empregados e dos empregadores, obedecerão ao disposto na legislação vigente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - REVISÃO CONVENCIONAL

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

As partes convenientes poderão a qualquer tempo, desencadear o processo de revisão da presente Convenção, manifestando a sua intenção por escrito.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - PROCESSO LICITATÓRIO

O órgão contratante, a partir de 1º de janeiro de 2019, desclassificará a(s) Empresa(s) Prestadora(s) de Serviço(s) que, ao celebrarem contrato(s) com a mesma(s), em face de Processo Licitatório que não estejam cotando o piso da categoria, estabelecido na presente Convenção Coletiva de Trabalho entre Sindlimp/RN e SEAC/RN.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE PARA AS OBRIGAÇÕES SINDICAIS

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão negativa de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo primeiro: Esta certidão positiva ou negativa será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, assinada por seu Presidente (ou seu substituto legal), no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento de contribuição sindical patronal e laboral;
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições sindicais devidas aos sindicatos patronal e laboral;
- c) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município.

Parágrafo Terceiro: A falta da certidão negativa ou vencida seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, ensejará a desclassificação, permitindo às demais empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenientes, nos casos de concorrências, pregão, carta-convite ou tomada de preços, apontar e requerer a desclassificação do processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE CONVENÇÃO

O cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho será fiscalizado pelas entidades convenientes e pela Superintendência Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte - SRT/RN

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Em decorrência de estudos realizados no segmento desta categoria as empresas utilizarão na composição de preços de serviços de asseio, conservação e limpeza, incluindo as que exercem atividades similares e conexas os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários no percentual mínimo de 82,45% (oitenta e dois vírgula quarenta e cinco por cento) conforme planilha de cálculo no anexo III, objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando a sonegação de direitos dos trabalhadores, levando também em consideração que os encargos sociais e trabalhistas estabelecidos nesta cláusula poderão ser majorados em função das peculiaridades de cada serviço contratados, salientado que a não cotação desses encargos ensejará na desclassificação das empresas no processo licitatório.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ACORDOS COLETIVOS

08/03/2024, 08:52

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Os Acordos Coletivos de Trabalho serão firmados com assistência das entidades convenientes, sob pena de nulidade.

}

EDMILSON PEREIRA DE ASSIS
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA PUBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN

FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVACAO, HIGIENIZACAO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-SINDLIMP

ANEXOS

ANEXO I - ATA AGE SEAC

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - EDITAL E ATA SINDLIMP

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ANEXO III - ENCARGOS SOCIAIS

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo IV - LAUDO PERICIAL - Prestação de serviços
IFRN - Revisão 2022.pdf**

| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | |
|---|--|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
|  | Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021 | | | |
| | Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas | Revisão 03 (13/07/2022) | Data 01/09/2017 | Folha 1 de 10 |
| Tipo de Documento LAUDO PERICIAL | | | Identificação Nº: 021/2017 | |



LAUDO PERICIAL

ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, RADIAÇÃO IONIZANTE E TRABALHOS
COM RAIOS-X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS**

NATAL/RN
SETEMBRO / 2017
(revisão em julho/2022)

EQUIPE TÉCNICA

Gleydson de Oliveira Cavalcanti
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

Augusto André Santos de Souza
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2113365715 SIAPE 1856401

Ricardo Luiz Machado
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Código do Documento
TER-2017-LAUDO-todos os campi-021

Campus/Setor
Todos/Atividades terceirizadas

Revisão
03
(13/07/2022)

Data
01/09/2017

Folha
2 de 10

Tipo de Documento
LAUDO PERICIAL

Identificação
Nº: 021/2017

CONTROLE DAS REVISÕES

| Nº | Descrição Sumária | Responsável | Data |
|----|--|--|------------|
| 01 | Atualização do enquadramento para profissionais ASG que realizem limpeza de banheiros considerados públicos e de grande circulação de forma permanente e efetiva, conforme cláusula 12ª da convenção coletiva nº RN000021/2019. | Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti | 25/02/2019 |
| 02 | Inclusão de enquadramento para o posto de Auxiliar de Manutenção Predial e remoção da previsão de adicional por radiação solar para os postos de Tratorista agrícola, Auxiliar de agropecuária e Trabalhador agropecuário em geral, conforme Portaria SEPRT Nº 1359/2019; Auxiliar de agropecuária e Trabalhador agropecuário em geral permanecem fazendo jus caso atuem em estábulos e cavalariças (folha 8). | Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti | 03/03/2020 |
| 03 | Inclusão de funções e ajuste na base de incidência do percentual do adicional de insalubridade para algumas funções, conforme convenções coletivas. | Augusto André Santos de Souza | 13/07/2022 |

Observações:

Gleydson de Oliveira Cavalcanti
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

Augusto André Santos de Souza
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2113365715 SIAPE 1856401

Ricardo Luiz Machado
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020

| | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | |
|  | Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021 | | | |
| | Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas | Revisão 03 (13/07/2022) | Data 01/09/2017 | Folha 3 de 10 |
| Tipo de Documento LAUDO PERICIAL | | | Identificação Nº: 021/2017 | |

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN

Endereço

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol – Natal/RN

CNPJ

10.877.412/0010-59

Nº. CNAE

Descrição CNAE

85.32-5

Educação Superior – graduação e pós-graduação

85.41-4

Educação profissional de nível técnico

Número total de Trabalhadores do IFRN

3.500

Grau de Risco

02 (Dois)

Horário de funcionamento

Administração: 07h00 às 22h00 [segunda a sexta-feira]

Local (is) da coleta de dados

Serviços sob o regime de execução indireta na Reitoria e todos os Campi

| | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | |
|  | Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021 | | | |
| | Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas | Revisão 03 (13/07/2022) | Data 01/09/2017 | Folha 4 de 10 |
| Tipo de Documento LAUDO PERICIAL | | | Identificação Nº: 021/2017 | |

SUMÁRIO

| | |
|--|---|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. REFERÊNCIAL NORMATIVO..... | 5 |
| 3. METODOLOGIA | 5 |
| 4. AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO | 5 |

| | | | | |
|--|--|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | |
|  | Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021 | | | |
| | Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas | Revisão 03 (13/07/2022) | Data 01/09/2017 | Folha 5 de 10 |
| Tipo de Documento LAUDO PERICIAL | | | Identificação Nº: 021/2017 | |

1. INTRODUÇÃO

O presente Laudo Pericial visa a caracterização dos possíveis agentes biológicos, físicos e químicos existentes nos ambientes laborais para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, com o objetivo de subsidiar os processos licitatórios da instituição na contratação de serviços sob o regime de execução indireta.

Este documento não exclui a responsabilidade da empresa contratada na elaboração dos seus próprios laudos periciais para fins de pagamento dos adicionais ocupacionais aos seus empregados, conforme previstos na legislação trabalhista.

A empresa deverá conhecer todos os ambientes laborais e os riscos relacionados a execução das atividades previstas no contrato de prestação de serviços a fim de estabelecer as medidas de controle necessárias, por meio da elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária.

2. REFERENCIAL NORMATIVO

Este documento está embasado na Legislação abaixo:

| | |
|----------------------------------|--|
| Portaria 3.214/78, NR 15 e NR 16 | Definem os agentes ambientais que fazem jus ao pagamento do adicional de Insalubridade e Periculosidade. |
| Convenções Coletivas aplicáveis | Regulamentam a concessão do adicional de insalubridade, periculosidade e dão outras providências. |


3. METODOLOGIA

A metodologia adotada utiliza a avaliação qualitativa *in loco* e, se necessário, avaliação quantitativa.

A avaliação ocorreu no horário de funcionamento, com a presença de um acompanhante da instituição, onde foram coletadas informações, e assim avaliou-se: a rotina de trabalho, estrutura física do local, presença de agentes ambientais nocivos, uso de equipamento de proteção individual e a existência de proteção coletiva.

Após identificar os aspectos inerentes a cada função avaliada e ambiente laboral, procedeu-se a qualificação da insalubridade ou periculosidade.

Para avaliação quantitativa se utilizou o equipamento e metodologia a seguir:

| Instrumento | Metodologia |
|---|---|
|  <p>Medidor de estresse térmico marca Instrutherm, modelo TGD200</p> | <p>O equipamento é instalado em um suporte de maneira que os sensores dos termômetros se posicionem na altura do tórax do trabalhador na situação de trabalho analisada. Adotando-se o critério de estabilização da FUNDACENTRO, onde a variação não pode ser superior a 0,2°C em um minuto, obtém-se a leitura para cada termômetro.</p> |

4. AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO

Apresentaremos na sequência a avaliação ambiental por função desempenhada nos Campi e Reitoria.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Código do Documento
TER-2017-LAUDO-todos os campi-021

Campus/Setor
Todos/Atividades terceirizadas

Revisão
03
(13/07/2022)

Data
01/09/2017

Folha
6 de 10

Tipo de Documento
LAUDO PERICIAL

Identificação
Nº: 021/2017

| FUNÇÃO | AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO | GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM | | ADICIONAL A SER CONCEDIDO |
|--|---|--------------------------------|------------------------|---------------------------|
| | | Tolerância Conhecida/Tempo | Medição Efetuada/Tempo | |
| <ul style="list-style-type: none"> - Administrador de edifícios - Armazenista - Auxiliar de serviços gerais – sem limpeza de banheiros públicos - Copeiro - Desenhista industrial - Encarregado de equipe de conservação de vias permanentes - Faxineiro - Servente de Limpeza - Mestre - construção civil - Motorista - Motorista de carro de passeio - Motorista de furgão ou veículo similar - Motorista de ônibus rodoviário - Motorista de ônibus urbano - Motorista leve - Operador de máquina copiadora - Porteiro de edifícios - Recepcionista - Supervisor administrativo - Supervisor de manutenção eletromecânica industrial, comercial e predial - Telefonista - Encarregado - Pedreiro - Auxiliar de pedreiro - Pedreiro de edificações - Servente de obras - Servente - Auxiliar de cozinha - Cozinheiro - Lavador de veículos - Jardineiro - Tratorista agrícola - Inspetor e supervisor de alunos | <p>Não foram identificados riscos que se enquadrem na legislação como geradores do direito aos adicionais de insalubridade ou periculosidade.</p> | Não se aplica | Não se aplica | Não há |

MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA da empresa contratada.

Gleydson de Oliveira Cavalcanti
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

Augusto André Santos de Souza
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2113365715 SIAPE 1856401

Ricardo Luiz Machado
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020

| | | | | |
|--|---|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | |
|  | Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021 | | | |
| | Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas | Revisão 03 (13/07/2022) | Data 01/09/2017 | Folha 7 de 10 |
| Tipo de Documento LAUDO PERICIAL | | | Identificação Nº: 021/2017 | |

| FUNÇÃO | AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO | GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM | | ADICIONAL A SER CONCEDIDO |
|---|---|--------------------------------|---|--|
| | | Tolerância Conhecida/Tempo | Medição Efetuada/Tempo | |
| - Pintor | <p>Químico:</p> <p>Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes diluídos em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13</p> | Avaliação qualitativa | Exposição habitual | <p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p> |
| - Piscineiro | <p>Químico:</p> <p>Manuseio de álcalis cáusticos</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13</p> | Avaliação qualitativa | Exposição habitual | <p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p> |
| - Mecânico de refrigeração | <p>Acidente:</p> <p>Energia elétrica</p> <p>Atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos em baixa tensão, energizados ou com possibilidade de energização acidental</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 4</p> | Avaliação qualitativa | <p>Exposição habitual</p> <p>Contato intermitente</p> | <p>Periculosidade</p> <p>30% do Salário Base</p> |
| - Operador de máquinas fixas em geral (laticínio) | <p>Químico:</p> <p>Manuseio de álcalis cáusticos</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13</p> | Avaliação qualitativa | <p>Exposição habitual</p> <p>Contato intermitente</p> | <p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p> |
| MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada. | | | | |

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Código do Documento
TER-2017-LAUDO-todos os campi-021

Campus/Setor
Todos/Atividades terceirizadas

Revisão
03
(13/07/2022)

Data
01/09/2017

Folha
8 de 10


Tipo de Documento
LAUDO PERICIAL

Identificação
Nº: 021/2017

| FUNÇÃO | AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO | GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM | | ADICIONAL A SER CONCEDIDO |
|--|---|--------------------------------|---|--|
| | | Tolerância Conhecida/ Tempo | Medição Efetuada/ Tempo | |
| - Auxiliar de agropecuária - Trabalhador agropecuário em geral | <p>Biológico em estábulos e cavalariças.</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 14</p> | Avaliação qualitativa | <p>Exposição habitual</p> <p>Contato permanente</p> | <p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p> |
| - Auxiliar de saúde bucal | <p>Biológico: Contato com os pacientes e manuseio de objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 14</p> | Avaliação qualitativa | <p>Exposição habitual</p> <p>Contato permanente</p> | <p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p> |
| - Auxiliar de manutenção predial – atividades realizadas no Campus Caicó | <p>Químico: Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes diluídos em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.</p> <p>Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13</p> | Avaliação qualitativa | <p>Exposição habitual</p> <p>Contato intermitente</p> | <p>Insalubridade grau médio</p> <p>20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva.</p> |

MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.

| INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | | | |
|---|---|--------------------------------------|--|---|
|  | Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021 | | | |
| | Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas | Revisão 03 (13/07/2022) | Data 01/09/2017 | Folha 9 de 10 |
| Tipo de Documento LAUDO PERICIAL | | | Identificação Nº: 021/2017 | |
| FUNÇÃO | AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO | GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM | | ADICIONAL A SER CONCEDIDO |
| | | Tolerância Conhecida/ Tempo | Medição Efetuada/ Tempo | |
| - Bombeiro Hidráulico - Encanador | Químico: Manuseio de álcalis cáusticos Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13 | Avaliação qualitativa | Exposição habitual Contato permanente | Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva. |
| - Eletricista de instalações (edifícios) - Eletricista de manutenção eletroeletrônica - Eletrotécnico - Instalador de linhas elétricas de alta e baixa - Técnico eletricista | Acidente: Energia elétrica Atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos em baixa tensão, energizados ou com possibilidade de energização acidental Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 4 | Avaliação qualitativa | Exposição habitual Contato intermitente | Periculosidade 30% do salário base |
| - Vigilante - Operador de CFTV (Monitor de Sistemas Eletrônicos de Segurança) | Acidente: violência física Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, telemonitoramento/telecontrole. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 3 | Avaliação qualitativa | Exposição habitual Contato permanente | Periculosidade 30% do salário base |
| MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada. | | | | |

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE



Código do Documento
TER-2017-LAUDO-todos os campi-021

Campus/Setor
Todos/Atividades terceirizadas

Revisão
03
(13/07/2022)

Data
01/09/2017

Folha
10 de 10

Tipo de Documento
LAUDO PERICIAL

Identificação
Nº: 021/2017

| FUNÇÃO | AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO | GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM | | ADICIONAL A SER CONCEDIDO |
|---|---|--------------------------------|--|--|
| | | Tolerância Conhecida/ Tempo | Medição Efetuada/ Tempo | |
| - Soldador | Físico: Radiação Não Ionizante Ultravioleta originado do processo de soldagem a arco elétrico e chama. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 07 | Avaliação qualitativa | Exposição habitual Contato intermitente | Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva. |
| - Marceneiro | Químico: Manipulação de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 13 | Avaliação qualitativa | Exposição habitual Contato intermitente | Insalubridade grau médio 20% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva. |
| - Auxiliar de serviços gerais – com limpeza de banheiros públicos | Biológico: Higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo. Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 14 | Avaliação qualitativa | Exposição habitual Contato permanente | Insalubridade grau máximo 40% do salário mínimo ou piso salarial da função, caso haja previsão em convenção coletiva. |

MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.

Documento Digitalizado Público

LAUDO PERICIAL - Prestação de serviços IFRN - Revisão 2022

Assunto: LAUDO PERICIAL - Prestação de serviços IFRN - Revisão 2022
Assinado por: Jose Amauri
Tipo do Documento: Laudo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ Jose Amauri Costa Fernandes, ADMINISTRADOR, em 04/04/2024 14:48:44.

Este documento foi armazenado no SUAP em 04/04/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1759829
Código de Autenticação: 2be6b39056



**Anexo V - CONTRATO 081-2020 PROAD-IFRN E
ADITIVOS.pdf**



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, NATAL / RN, CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 081/2020-
PROAD/IFRN, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN E A FUTURA
SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, **CAMPUS JOÃO CÂMARA**, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na BR – 406 – km 73 – Perímetro Rural – João Câmara/RN – CEP – 59.550-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0008-34, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, *pro tempore*, **MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES**, brasileiro, portador do CPF/MF sob o nº 010.675.544-75, e a **FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, doravante designada **CONTRATADA**, com sede Rua Isac Meyer, 215, Aldeota, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.234.467/0001-82, neste ato representada pelo Sr. **PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA**, portador da Carteira de Identidade nº 2003002035796 SSP/CE, e inscrito no CPF nº 200.024.594-34, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23134.001804.2020-68** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020 - UASG 158373**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias, com dedicação exclusiva de mão de obra, além de materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| GRUPO | ITEM | CATEGORIA | UNID | QTDE | VALOR | VLR TOTAL |
|-------|------|-----------|------|------|-------|-----------|
|-------|------|-----------|------|------|-------|-----------|

| | | | | | UNIT | ANUAL |
|-------------------------|---|--------------------|----------------|---------|----------|-----------------------|
| 1 | 1 | ÁREAS INTERNAS | m ² | 72.684 | R\$ 3,48 | R\$ 252.940,32 |
| | 2 | ÁREAS EXTERNAS | m ² | 156.600 | R\$ 0,74 | R\$ 115.884,00 |
| | 3 | ESQUADRIAS | m ² | 9.600 | R\$ 0,70 | R\$ 6.720,00 |
| | 4 | ÁREAS HOSPITALARES | m ² | 1440 | R\$ 9,54 | R\$ 13.737,60 |
| TOTAL CONTRATADO | | | | | | R\$ 389.281,92 |

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, com início em **01 de outubro de 2020** e termo final em **30 de setembro de 2021**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração; 2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 32.440,16 (trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e dezesseis centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 389.281,92 (trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **26435 / 158373**

Fonte: **8100000000**

Programa de Trabalho: **171168**

Elemento de Despesa: **339037**

PI: **L20RL01MAN**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA**:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal no Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Câmara/RN, 20 de agosto de 2020

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES
Diretor-Geral *pro tempore*
CONTRATANTE

PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA
Representante Legal
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Matheus Augusto Avelino Tavares**, DIRETOR GERAL - CD0002 - DG/JC, em 20/08/2020 10:13:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/08/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 223651

Código de Autenticação: fc8e8efe29



[Handwritten signature]



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000
Fone: (84) 4005-4105

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 279/2021 - PROAD/IFRN

Contrato nº 081/2020-PROAD/IFRN

Data: 16/09/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, REITORIA E A EMPRESA FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI.

O **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS JOÃO CÂMARA**, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na BR – 406 – km 73 – Perímetro Rural – João Câmara/RN – CEP – 59.550-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0008-34, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.675.544-75, e a **FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.234.467/0001-82, sediada na Rua Isac Meyer, 215, Aldeota, Fortaleza/CE, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2003002035796, expedida pela SSP/CE, e CPF nº 200.024.594-34, tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23134.001804.2020-68](#), **RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, o que fazem mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade de **PRORROGAR** a vigência e **SUPRIMIR** os custos fixos não renováveis já amortizados do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, em observância ao **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2017/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO

2.1. Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do **CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, por **12 (doze) meses**, com termo inicial a **1º de outubro de 2021** e termo final em **1º de outubro de 2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA SUPRESSÃO DOS CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

3.1. Pelo presente Termo Aditivo, fica suprimido do valor anual do **CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, os custos fixos não renováveis já amortizados no primeiro ano do contrato, identificado como "aviso prévio trabalhado e indenizado" na planilha de custos e formação de preços, passando o valor anual do contrato para **R\$ 412.055,16 (quatrocentos e doze mil, cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DO TERMO ADITIVO

4.1. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação da vigência do contrato é de **R\$ 412.055,16 (quatrocentos e doze mil, cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos)**.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas previstas neste Termo Aditivo ocorrerão à conta dos Recursos consignados no Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, PTRES **171168**, FONTE **810000000**, NATUREZA DE DESPESA **339037**, PI **L20RLP01MAN** e UASG **158373**.

CLÁUSULA SEXTA: DO RESGUARDO À REPACTUAÇÃO

6.1. Além das hipóteses legais e contratuais já estabelecidas, fica por força do presente termo aditivo, resguardado o direito da **CONTRATADA** à análise do pedido de repactuação de valores, objeto do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23134.002401.2021-17**.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA

7.1. Em face da prorrogação do contrato, a garantia deverá ser readequada, tendo o seu prazo e valor atualizados, e comprovada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. E, por assim se acharem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, incorporando-se, por conseguinte, ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2020-PROAD/IFRN**, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições do Instrumento Contratual original.

João Câmara/RN, 16 de setembro de 2021

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES
Diretor-Geral
CONTRATANTE

PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA
Representante Legal
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Aragão de Almeida, Paulo Aragão de Almeida - 123105 - Diretor administrativo - Futura (06234467000182), em 16/09/2021 16:34:04.
- Matheus Augusto Avelino Tavares, DIRETOR GERAL - CD2 - DG/JC, em 16/09/2021 16:29:51.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/09/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 326701

Código de Autenticação: 3eae823795





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000
Fone: (84) 4005-4105

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 261/2022 - PROAD/IFRN

Contrato nº 081/2020-PROAD/IFRN

Data: 01/09/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, REITORIA E A EMPRESA FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS JOÃO CÂMARA, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na BR – 406 – km 73 – Perímetro Rural – João Câmara/RN – CEP – 59.550-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0008-34, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.675.544-75, e a **FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.234.467/0001-82, sediada na Rua Isac Meyer, 215, Aldeota, Fortaleza/CE, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2003002035796, expedida pela SSP/CE, e CPF nº 200.024.594-34, tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMISTRATIVO Nº 23134.001804.2020-68](#), **RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, o que fazem mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade de **PRORROGAR** a vigência do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, em observância ao **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2017/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO

2.1. Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do **CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, por **12 (doze) meses**, com termo inicial a **1º de outubro de 2022** e termo final em **1º de outubro de 2023**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO TERMO ADITIVO

3.1. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação da vigência do contrato é de **R\$ 453.040,22 (quatrocentos e cinquenta e três mil, quarenta reais e vinte e dois centavos).**

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas previstas neste Termo Aditivo ocorrerão à conta dos Recursos consignados no Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, PTRES 171168, FONTE 810000000, NATUREZA DE DESPESA 339037, PI L20RLP01MAN e UASG 158373.

CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA

5.1. Em face da prorrogação do contrato, a garantia deverá ser readequada, tendo o seu prazo e valor atualizados, e comprovada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. E, por assim se acharem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, incorporando-se, por conseguinte, ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2020-PROAD/IFRN**, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições do Instrumento Contratual original.

João Câmara/RN, 1º de setembro de 2022.

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES

Diretor-Geral
CONTRATANTE

PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA

Representante Legal
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Augusto Avelino Tavares**, DIRETOR GERAL - CD0002 - DG/JC, em 05/09/2022 19:01:53.
- **Paulo Aragão de Almeida**, Paulo Aragão de Almeida - 123105 - Diretor administrativo - Futura (06234467000182), em 06/09/2022 14:32:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/08/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 438864
Código de Autenticação: a532b8d1df





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000
Fone: (84) 4005-4105

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 223/2023 - PROAD/IFRN

Contrato nº 081/2020-PROAD/IFRN

Data: 14/09/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, REITORIA E A EMPRESA FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS JOÃO CÂMARA, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na BR – 406 – km 73 – Perímetro Rural – João Câmara/RN – CEP – 59.550-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0008-34, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.675.544-75, e a **FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.234.467/0001-82, sediada na Rua Isac Meyer, 215, Aldeota, Fortaleza/CE, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2003002035796, expedida pela SSP/CE, e CPF nº 200.024.594-34, tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMISTRATIVO Nº 23134.001804.2020-68](#), **RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, o que fazem mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade de **PRORROGAR** a vigência do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, em observância ao **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2017/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO

2.1. Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do **CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, por **12 (doze) meses**, com termo inicial a **1º de outubro de 2023** e termo final em **30 de setembro de 2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO TERMO ADITIVO

3.1. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação da vigência do contrato é de **482.497,61 (quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e um centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas previstas neste Termo Aditivo ocorrerão à conta dos Recursos consignados no Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, PTRES **171168**, FONTE **100000000**, NATUREZA DE DESPESA **339037**, PI **L20RLP01MAN** e UASG **158373**.

CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA

5.1. Em face da prorrogação do contrato, a garantia deverá ser readequada, tendo o seu prazo e valor atualizados, e comprovada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. E, por assim se acharem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, incorporando-se, por conseguinte, ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2020-PROAD/IFRN**, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições do Instrumento Contratual original.

João Câmara/RN, 14 de setembro de 2023.

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES

Diretor-Geral
CONTRATANTE

PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA

Representante Legal
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Augusto Avelino Tavares**, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/JC, em 15/09/2023 10:07:15.
- **Paulo Aragão de Almeida**, Paulo Aragão de Almeida - 123105 - Diretor administrativo - Futura (06234467000182), em 15/09/2023 14:26:07.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/09/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 611311
Código de Autenticação: 70add0445b





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000
Fone: (84) 4005-4105

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 223/2024 - PROAD/IFRN

Contrato nº 081/2020-PROAD/IFRN

Data: 04/09/2024

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, REITORIA E A EMPRESA FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CAMPUS JOÃO CÂMARA, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na BR – 406 – km 73 – Perímetro Rural – João Câmara/RN – CEP – 59.550-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0008-34, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.675.544-75, e a **FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.234.467/0001-82, sediada na Rua Isac Meyer, 215, Aldeota, Fortaleza/CE, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2003002035796, expedida pela SSP/CE, e CPF nº 200.024.594-34, tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 23134.001804.2020-68](#), **RESOLVEM, DE COMUM ACORDO, CELEBRAR O PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, o que fazem mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por finalidade de **PRORROGAR** a vigência do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, em observância ao **PARECER REFERENCIAL n. 00001/2017/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO

2.1. Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do **CONTRATO Nº 081/2020-PROAD/IFRN**, por **3 (três) meses**, com termo inicial a **1º de outubro de 2024** e termo final em **01 de janeiro de 2025**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR DO TERMO ADITIVO

3.1. O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação da vigência do contrato é de **R\$ 120.624,40 (Cento e vinte mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).**

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas previstas neste Termo Aditivo ocorrerão à conta dos Recursos consignados no Orçamento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, PTRES **231796**, FONTE **100000000**, NATUREZA DE DESPESA **339037**, PI **L20RLP01IEN** e UASG **158373**.

CLÁUSULA QUINTA: DO RESGUARDO À REPACTUAÇÃO

5.1 Além das hipóteses legais e contratuais já estabelecidas, fica por força do presente termo aditivo, resguardado o direito da **CONTRATADA** à análise do pedido de repactuação de valores, objeto do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23134.002212.2024-97**.

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA

6.1. Em face da prorrogação do contrato, a garantia deverá ser readequada, tendo o seu prazo e valor atualizados, e comprovada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. E, por assim se acharem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo Aditivo, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, incorporando-se, por conseguinte, ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 081/2020-PROAD/IFRN**, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições do Instrumento Contratual original.

João Câmara/RN, 04 de setembro de 2024.

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES

Diretor-Geral
CONTRATANTE

PAULO ARAGÃO DE ALMEIDA

Representante Legal
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Augusto Avelino Tavares**, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/JC, em 05/09/2024 17:18:55.
- **Paulo Aragão de Almeida**, Paulo Aragão de Almeida - 123105 - Diretor administrativo - Futura (06234467000182), em 05/09/2024 17:29:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 759741
Código de Autenticação: 655f2839a4



Documento Digitalizado Público

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP 20/2024 - UASG: 158373

Assunto: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP 20/2024 - UASG: 158373
Assinado por: Adriane Ferreira
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Adriane de Moraes Ferreira, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - SUB-CHEFIA4 - DIAD/JC**, em 12/09/2024 10:25:02.

Este documento foi armazenado no SUAP em 12/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1900339
Código de Autenticação: be57606453





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
CAMPUS JOÃO CÂMARA
BR 406, Km 73, 3500, Perímetro Rural, JOÃO CÂMARA / RN, CEP 59550-000
Fone: (84) 4005-4105

ESTUDO PRELIMINAR

TERMO DE APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP DIGITAL Nº 20/2024

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza, asseio de conservação das instalações físicas e mobiliárias do IFRN Campus João Câmara, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Link: https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/processo/368765/

Processo: 23134.002042.2024-41

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

| SERVIDOR | MATRÍCULA | CAMPUS | FUNÇÃO |
|-------------------------------|-----------|--------|-----------------------|
| ADRIANE DE MORAIS FERREIRA | 2101595 | JC | MEMBRO ADMINISTRATIVO |
| AGOSTINHO LEAL BEZERRA JUNIOR | 1882505 | JC | MEMBRO TÉCNICO |
| ALINE HORACIO DA COSTA AQUINO | 1355156 | JC | MEMBRO ADMINISTRATIVO |

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado conforme a Lei 14.133/21 e a IN 58/2022, considerando que o objeto da contratação está claro e justificado; os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente relacionados e analisados; a análise de preço/mercado foi devidamente realizada e demonstrou haver boa capacidade em atender ao objetivo da contratação; o modelo de prestação de serviços sugerido é apropriado e plenamente compatível com a Instituição, especialmente do ponto de vista legal. Portanto, demonstra a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

(assinado digitalmente)

MATHEUS AUGUSTO AVELINO TAVARES

Matrícula SIAPE nº 2017446

Diretor Geral do Campus João Câmara

Portaria de Delegação de competência n.º 1630/2023-RE/IFRN, de 27 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Aline Horacio da Costa Aquino**, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 10/09/2024 11:45:45.
- **Agostinho Leal Bezerra Junior**, COORDENADOR(A) - FG1 - COSGEM/JC, em 10/09/2024 11:47:56.
- **Adriane de Moraes Ferreira**, ADMINISTRADOR, em 10/09/2024 11:50:13.
- **Matheus Augusto Avelino Tavares**, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG/JC, em 10/09/2024 13:47:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 763820

Código de Autenticação: f3ca226881

